

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICA E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A GEOGRAFIA MILITAR DO KAISERSCHLACHT (1918):
UMA ANÁLISE DA GEOESTRATÉGIA MILITAR NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Aluno
DOUGLAS MODESTO DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO

2019

DOUGLAS MODESTO DOS SANTOS

A GEOGRAFIA MILITAR DO KAISERSCHLACHT (1918):
UMA ANÁLISE DA GEOESTRATÉGIA MILITAR NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Frédéric Monié

RIO DE JANEIRO

2019

DOUGLAS MODESTO DOS SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

(Prof. Dr. Frédéric Monié - Orientador)

(Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes - Avaliador)

RIO DE JANEIRO

2019

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha irmã, Erika, meu anjo que olha por mim desde quando nasci, agradeço por todo amor e apoio que você me dá, não só na minha jornada acadêmica, mas em toda minha vida. À minha mãe, Valéria, agradeço por lutar todos os dias pela nossa família, não sei o que faríamos sem você. Ao meu pai, Fernando, agradeço por me ensinar a sempre querer saber. Ao meu amigo e cunhado Robertson, agradeço pela enorme influência positiva na minha vida. À todos vocês, agradeço pela minha criação, sem isso, eu não teria chegado onde cheguei.

Aos meus amigos Victor, Rafael Felipe, Pedro, Gabriel e Rafael Ferreira, agradeço por estarem desde a época da escola compartilhando risadas, longas conversas, jogatinas desenfreadas, grandes resenhas e, principalmente, pelo incentivo e pela preocupação que vocês têm comigo.

Agradeço de todo o coração à UERJ, não só pelos anos de aprendizado, mas também por me apresentar as únicas pessoas que acolheram o calouro mais lerdo da 2014.2. Assim, agradeço aos meus amigos Arthur, Akel, Adriano, Cláudio, Carlos, Lucas, Igor, Raphael e Matheus, pelos dois anos de aulas mais felizes da minha vida. Os campos, as viagens do céu ao inferno durante as aulas, os *geofut's* e pelos churrascos de alta qualidade.

Agradeço à UFRJ (apesar de termos começado com o pé esquerdo) pelas experiências incríveis, as aulas, trabalhos, as viagens... por tudo. Agradeço aos colegas de turma, aos professores, ao pessoal da Atlética de Geociências, e a todos que trabalham para fazer o dia-a-dia dos alunos melhor.

Agradeço também por ter a oportunidade de conhecer e estudar com algumas das pessoas mais fofas e de bom coração que eu já vi: à Beatriz Dettmann, minha "orientadora" e a aluna mais inteligente que eu vi no Fundão; à Júlia Valentin, sempre sendo positiva e alegre quando os dias pareciam tristes; à Gabriela Santos, por ser extremamente gente boa na hora de bater um papo simples ou começar uma conversa séria; à Rita (Maria!) Cupertino, pelas várias conversas e risadas - e por

viver acolhendo este jovem perdido pelos corredores do CCMN; e à Raquel Souza , pelos trabalhos, aulas e risadas desde o primeiro período até o último.

Um enorme agradecimento ao professor Frédéric, por aceitar ser meu orientador e fazer com que eu não desistisse da minha pesquisa. Agradeço pela orientação, pela rigorosidade e pela chance que o senhor me deu nesta monografia e também na monitoria. Ainda neste sentido, não posso deixar de agradecer à professora Letícia. Numa breve conversa ela mostrou a um aluno desacreditado com uma folha de anotações que, ao contrário do que diziam, sua ideia de trabalho não era impossível.

Há anos minha mãe me diz que videogames não levam à nada, pois bem, aqui estou dedicando esse agradecimento tanto às pessoas (que nem sequer chegaram a me ver pessoalmente) quanto aos jogos que eu encontrei pelo caminho. Sendo assim, agradeço à DICE pela criação dessa obra-prima que foi "*Battlefield 1*", o jogo que me deu inspiração para o tema.

Agradeço ao youtuber "*Flakfire*" pelas horas gastas nos vídeos informativos e podcasts sobre *Battlefield 1*, além de me indicar inúmeros materiais sobre a Primeira Guerra. À *Dontnod*, agradeço por "*Life is Strange*", que me fez evoluir bastante como ser humano durante o período da faculdade, e também me permitiu conhecer as maravilhosas pessoas do grupo "*Life is Beautiful*" - no qual dediquei horas participando de discussões, dando risadas e ouvindo ao podcast "Rádio Shaka Brah" (principalmente enquanto escrevia este trabalho). À *Ninja Theory*, agradeço imensamente por "*Hellblade: Senua's Sacrifice*", que me mostrou em um momento de grande dificuldade que é possível lutar contra os problemas de dentro.

Por fim, volto a agradecer a todos, do mais próximo ao mais distante. Cada um esteve comigo em algum momento dessa difícil fase da minha vida. Se não fosse por cada um de vocês eu não estaria aqui, literalmente.

*“... we meet in an hour of change and
challenge,
in a decade of hope and fear,
in an age of both knowledge and
ignorance.
The greater our knowledge increases,
the greater our ignorance unfolds.”*

(John F. Kennedy)

Lista de Anexos

Anexo A: Planejamento da Ferrovia Berlim-Bagdá.	80
Anexo B: O mar do Norte e as batalhas abordadas na introdução do Tópico 4.	81
Anexo C: As operações na Península de Gallipoli (1915).	82
Anexo D: Front Leste após o Tratado de Brest-Litovski (1918).	83
Anexo E: O Canhão de Paris	84
Anexo F: Terminologia Militar	85

Lista de Imagens

Figura 1: Mapa da Europa em 1914.	28
Figura 2: Impérios e padrões de comércio mundial (1880-1914).	30
Figura 3: HMS Warrior, 1860 X HMS Dreadnought, 1906 .	32
Figura 4: Principais forças da Marinha alemã.	37
Figura 5: Rotas analisadas pela Entente.	42
Figura 6: Estabilização do fronte Oeste, 1914.	46
Figura 7: Condições do terreno durante a Batalha de Passchendaele (1917)	53
Figura 8: Tanque Mark IV capturado acompanhado de tropas de choque durante a Ofensiva em 1918.	55
Figura 9: Primeiro avanço alemão no Somme	57
Figura 10: Comboio do Exército britânico recuando após os ataques iniciais.	59
Figura 11: Segundo avanço alemão em Lys	60
Figura 11: Bosque Belleau após a Batalha (1918).	65
Figura 12: As conquistas alemãs durante a Ofensiva da Primavera (1918)	68
Figura 13: Soldados britânicos preparando um disparo de artilharia (1918)	69

Lista de tabelas

TABELA 1: Fatores Geográficos e Militares	25
TABELA 2: Disponibilidade de recursos militares no front Oeste em 1918.	49
TABELA 3: Quantitativo das divisões:	85

Lista de siglas

HMS - *Her/His Majesty's Ship* (Navio de Sua Majestade).

MEF - *Mediterranean Expeditionary Force* (Força Expedicionária do Mediterrâneo).

ANZAC - *Australian and New Zealand Army Corps* (Forças Armadas da Austrália e Nova Zelândia)

OHL - *Oberste Heeresleitung* (Comando Supremo do Exército)

RFC - *Royal Flying Corps* (Corpo Aéreo Real)

RAF - *Royal Air Force* (Força Aérea Real).

AEF - *American Expeditionary Forces* (Forças Expedicionárias Americanas).

RGS - *Royal Geographical Society* (Real Sociedade Geográfica)

Resumo

A presente Monografia visa explorar a potencialidade da análise a partir das vertentes do pensamento geográfico correspondentes à Geoestratégia e a Geografia Militar para abordar os desdobramentos ocorridos em uma operação realizada durante um dos maiores eventos geopolíticos da História da humanidade, a Primeira Guerra Mundial. Desta forma, em um primeiro momento, propõe-se uma discussão sobre a evolução do estudo científico da Guerra e sua relação com as competências e pretensões da ciência geográfica. A partir dessas concepções, o trabalho utiliza de uma abordagem que parte da escala de fenômenos macro para micro, iniciando com uma discussão sobre o contexto geopolítico geral no qual os agentes a serem estudados encontravam-se anteriormente à Primeira Guerra; posteriormente, o foco residirá sobre a análise geográfica-militar dos eventos ocorridos no período correspondente do início do conflito até o início da Operação; por fim, a análise da Operação e seus desdobramentos geoestratégicos. Tratando-se de um evento histórico, a metodologia utilizada foi baseada majoritariamente em livros e pesquisas na internet, além de documentação disponibilizada por órgãos dos países envolvidos. A ideia central que norteia a justificativa deste trabalho é a possibilidade de resgatar, explorar e ilustrar as potencialidades da análise geoestratégica dentro da pesquisa acadêmica em Geografia, visto que, devido à negligência da ciência geográfica brasileira, a geoestratégia tornou-se uma vertente que vêm sendo apoderada por outras ciências, como a Economia, Administração e Relações Internacionais. Já a escolha do objeto de estudo, justifica-se na enorme importância do evento em questão, o *Kaiserschlacht* é considerado um ponto de virada chave dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial, evento que por si só já carrega uma importância significativa para a geopolítica global durante o século XX.

Palavras-chave: Conflito; Guerra; Geopolítica; Geoestratégia.

Abstract

The present Undergraduate Thesis aims to explore the potential of analysis from the aspects of Geographic Thought of Geostrategy and Military Geography to address the developments that occurred in an Operation carried out during one of the greatest geopolitical events in human History, the First World War. From these ideas, this work uses an approach that starts from the phenomenological scale from macro to micro, starting with a discussion about the general geopolitical context in which the agents to be studied were before the First World War; later, the focus will be on the geographic-military analysis of the events that occurred in the period from the beginning of the conflict to the start of the Operation; finally, the analysis of the Operation and its geostrategic unfolding. As this is an historical event, the work's methodology was based mostly on books and internet research, in addition to documentation made available by the agencies from the countries involved in the conflict. The central idea that guides the justification of this work is the possibility of rescuing, exploring and illustrating the potential of geostrategic analysis within the academic research in Geography, since, due to the neglect of Brazilian academic geography, the geostrategy became an area that is been taken by other sciences like Economy, Administration (Management/Business) and International Relationships. The choice of the object of study is justified by the enormous importance of the event in question, the Kaiserschlacht is considered one of the key turning-points of the First World War, an event that carries itself a great historical and geopolitical importance during the 20th Century.

Key-words: Conflict; War; Geopolitics; Geostrategy.

Agradecimentos	3
Epígrafe	5
Lista de Anexos	6
Lista de Imagens	6
Lista de tabelas	6
Lista de siglas	7
Resumo	8
Abstract	9
1. Introdução	13
1.1. Objeto	13
1.2. Justificativa	14
1.3. Objetivos	14
1.4. Base conceitual	15
1.5. Metodologia	15
1.6. Estrutura	16
PARTE I: A Geografia e a Ciência Militar	18
2. Guerra e Geografia Militar: Bases teóricas e conceituação	18
2.1. A Guerra como arte, ciência e suas concepções	18
2.1.1. A ciência da Guerra	18
2.1.2. O fenômeno da Guerra Total	20
2.2. A Geografia Militar	22
2.2.1. O conhecimento geográfico-militar e sua evolução até o status de ciência	22
2.2.2. A análise científica do espaço para fins militares	24
PARTE II: O Mundo e a Guerra	30
3. A tensão geopolítica na Europa na virada do Séc. XIX para o Séc. XX	30
3.1. Geopolítica e o militarismo europeu no Pré-Primeira Guerra	30
3.2. A Revolução Industrial e a Corrida Armamentista (1860-1918)	32
PARTE III: A Ofensiva da Primavera	37
4. O Kaiserschlacht: Do início ao fracasso	37
Os beligerantes e suas influências	38
4.1. A Ofensiva	50

4.2. O progresso	57
4.3. O fracasso	72
5. Conclusões e considerações finais	73
5.1. A derrota alemã e suas consequências	73
5.2. Considerações finais	78
6. Referências bibliográficas	80
7. Anexos	83

1. Introdução

O final do Século XIX e o início do Século XX foi um período particularmente notório da História humana contemporânea. Nessa época, o mundo encontrava-se num ambiente de extremo atrito entre as potências hegemônicas do continente europeu. O capitalismo industrial e a ideologia imperialista ditavam a organização espacial da economia e o cenário geopolítico, marcado por um constante embate de interesses entre os Estados-nação. O estopim dessas tensões ocorreu, simbolicamente, no dia 28 de Julho de 1914 em Sarajevo, data que marcava o início da chamada “Guerra que acabaria com todas as Guerras”. A partir daquele momento, a Europa mergulhava (na sua quase totalidade) numa série de crises que levaram a um conflito que impactaria a geopolítica global de uma maneira nunca vista anteriormente.

A Guerra é, indubitavelmente, um evento perverso e abominável, porém é inevitável lembrar que em meio a tantos conflitos ocorreram alguns dos maiores avanços científicos e tecnológicos da História: os cavalos deram lugar aos carros, rifles de madeira deram lugar às metralhadoras de metal, surgiram aviões, tanques e embarcações cada vez maiores, ferrovias de longas distâncias, os princípios da logística foram, em primeiro lugar, aplicados em campos de batalha etc.

Longe de justificar qualquer ação ou política de violência entre os países, o objetivo deste trabalho é estudar a Guerra e a Geografia nela contida. A análise dos fatos ocorridos permite uma compreensão do fenômeno da Guerra em seu caráter científico e metodológico, diferente da abordagem de um esforço irracional e selvagem que normalmente lhe é postulado. Muito além disso, uma análise dessa natureza pode demonstrar profunda ligação com a natureza política e territorial dos Estados-nação.

1.1. Objeto

Desta forma, foi destacado um evento específico, que servirá de objeto para este estudo de caso. O evento escolhido foi a Ofensiva da Primavera de 1918, conhecida como *Kaiserschlacht*, a notabilidade deste evento consiste não só em sua grandeza em tamanho, mas também pela sua influência no cenário da Primeira Guerra Mundial. Pode-se dizer que essa ofensiva foi o início do fim para o *Reich* e à vitória da Tríplice Entente, uma vez que o fracasso das forças invasoras levaram ao colapso da máquina de guerra alemã. Apesar de pouco conhecida, sua importância pode ser comparada à Operação *Barbarossa* (1941), que enfraqueceu a Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

1.2. Justificativa

Este trabalho tem como justificativa a chance de proporcionar um resgate da visão geoestratégica sobre a compreensão da Guerra, vista a necessidade para a Geografia brasileira de reafirmar suas responsabilidades como uma das ciências responsáveis pelos estudos geoestratégicos. Atualmente, pouquíssimos são os trabalhos acadêmicos que relacionam a Geografia com as ciências militares, prática comum em países como os Estados Unidos, Rússia e a maioria dos países europeus. O advento do movimento crítico da ciência geográfica na segunda metade do Séc. XX trouxe uma aversão ao âmbito militar, fruto de uma compreensível repulsa à Ditadura brasileira. Isso fez com que o meio acadêmico da Geografia abandonasse o foco de análise geoestratégica do espaço e, desta forma, tais estudos acabaram restritos quase que exclusivamente aos economistas, administradores e cientistas políticos (RIBEIRO, 2010).

1.3. Objetivos

A partir da análise de toda a operação, seu planejamento e de seus desdobramentos, o objetivo central do trabalho estará focado em responder a seguinte pergunta:

- Por que a falta de consideração geoestratégica foi decisiva para o fracasso da Ofensiva?

Para facilitar a obtenção da resposta para esse questionamento, será preciso primeiro responder às questões correspondentes aos objetivos específicos:

- Em que medida a falta de planejamento das forças invasoras prejudicou o progresso do ataque?
- Como o desconhecimento da realidade geográfica pode ter prejudicado a estratégia alemã?
- Como a falta de consideração logística espacial influenciou no desgaste da operação?

1.4. Base conceitual

A base conceitual deste estudo foi reunida de forma a ser feita uma ligação entre o meio acadêmico e o âmbito militar. A princípio, serão apresentadas as concepções de Clausewitz (1979) e sua ideia de análise da Guerra como uma ciência. Posteriormente, será exposto o conceito de escala (CASTRO, 2000), que servirá de guia para a organização estrutural do trabalho. Ainda nessa linha de raciocínio, o conceito de Guerra Total (HOBBSAWM, 1995) será apresentado para situar a proporção do objeto de estudo, também servindo como ponto de ligação para a conceituação militar. A Geografia Militar será o principal conceito a ser abordado, porém, devido à sua complexidade e pouca difusão no meio acadêmico atual, alguns conceitos auxiliares serão tratados anteriormente a fim de facilitar a sua compreensão. São alguns exemplos, a Geografia do Estado-Maior (LACOSTE, 1988); a Geografia Estratégica (RIBEIRO, 2010); Geoestratégia (CRESSEY, 1951); e os elementos e fatores geográficos e militares apresentados por COLLINS (1998) e PELTIER & PEARCY (1966).

1.5. Metodologia

Apesar da Geografia militar ser um conceito que veio a ser desenvolvido apenas no Século XIX, é necessário que haja uma abordagem muito anterior que, assim como o objeto do estudo de caso, atualmente só é acessível através de bibliografias. Sendo assim, a construção deste trabalho estará baseada principalmente em livros e documentos criados a partir do estudo dos conceitos geográficos-militares e da Primeira Guerra Mundial. Uma vez que passaram-se 101 anos do final do conflito, há de se entender também que diversos outros materiais também foram cunhados a partir de ferramentas de análise mais modernas (cartas, mapas, livros e documentos digitalizados, etc.).

É importante também ratificar a natureza deste trabalho em sua metodologia de interpretação. Por tratar-se de uma operação militar ocorrida durante uma Guerra, muitas das fontes foram provenientes de estudos militares. A análise sobre os conceitos e temas que normalmente são atribuídos à Geografia também terão influência da visão militarista. De certa forma, será necessário ter cautela em relação à análise e interpretação dos modelos, métodos e conceitos apresentados no trabalho, bem como aos fatos ocorridos e decisões tomadas durante a Operação, uma vez que tratando-se de períodos históricos distintos, seria ingenuidade e egoísmo julgar tais elementos sob uma visão puramente contemporânea. Tratando-se de um tema delicado e pouco difundido na Geografia, a montagem deste trabalho foi realizada a partir de uma abordagem escalar, ou seja, transitando a partir de uma visão ampla do recorte espacial, temporal e conceitual e terminando numa análise do estudo de caso proposto.

1.6. Estrutura

A estrutura deste estudo está dividida em três partes, cada uma tratando de assuntos específicos porém complementares para o entendimento do todo. A primeira parte apresenta e desenvolve a base teórica da Geografia Militar, e para isso, será dividida entre os dois tópicos principais, a Geografia e a Guerra. Abordaremos o fenômeno da Guerra, onde será apresentado o desenvolvimento de

sua interpretação como uma arte até sua classificação como objeto de estudo científico. O segundo tópico tratará sobre o conceito central do trabalho, a Geografia Militar, para isso será feito um breve resumo da evolução do uso do conhecimento geográfico para fins militares. O tópico será concluído apresentando as definições e interpretações sobre Geografia Militar de forma que sirva como base para os tópicos seguintes à reflexão posterior.

A segunda parte propõe aprofundar a abordagem geopolítica no contexto pré-Primeira Guerra para contextualizar historicamente a análise da operação do evento em tela. O primeiro tópico tratará das tensões entre as grandes nações europeias que moldou a dinâmica geopolítica global entre o final do Século XIX e 1914. Focaremos principalmente nas questões territoriais, políticas e comerciais que motivaram a grande corrida armamentista que precedeu a Guerra. Em seguida, analisaremos o papel dos países participantes da Ofensiva da Primavera para entender as motivações dos países até o início da Ofensiva.

Por fim, serão estudados os desdobramentos e as decisões tomadas durante o Kaiserschlacht, ocorrida na Primavera de 1918, nos últimos meses da Primeira Guerra Mundial .

PARTE I: A Geografia e a Ciência Militar

2. Guerra e Geografia Militar: Bases teóricas e conceituação

Devido à complexidade do tema da Guerra é importante que, antes de tudo, seja estabelecido um embasamento teórico-conceitual.

A obra “*Da Guerra*” de Carl Von Clausewitz (1832) apresenta conceitos que abordam os conflitos de forma escalar como “*Guerra Total*” e “*Guerra Absoluta*”. Pertinentes para a análise socioespacial do objeto de estudo, permitem entender a evolução da análise da guerra como Arte e, posteriormente, como Ciência. Posteriormente trataremos do surgimento da Geografia Militar como ramo científico, sua presença na História do Pensamento Geográfico e sua aplicação prática num evento de Guerra.

2.1. A Guerra como arte, ciência e suas concepções

2.1.1. A ciência da Guerra

A Guerra pode ser essencialmente definida como um conflito armado, ou seja, uma luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões e choque de interesses (GIDDENS & SUTTON, 2016). É possível também entendê-la como um denominador comum em diversos momentos na História da humanidade. Porém, por muito tempo a Guerra foi tratada, assim como a Logística, apenas como uma Arte. Poucos foram os trabalhos visando a sistematização dos conhecimentos científicos utilizados e adquiridos durante os confrontos.

A mais famosa dessas obras é, sem dúvida, “*A Arte de Guerra*” de Sun Tzu, General e filósofo chinês que teria vivido aproximadamente 500 anos a.C.. A obra é considerada o mais antigo tratado militar já escrito. Em meio a conflitos entre os

reinos da China, Sun Tzu chegou a conclusão de “que o indivíduo que não reflete sobre a guerra, evidencia uma indiferença pela perda daquilo que mais se preza” (Sun Tzu, 2000). Sendo assim, o autor organizou seus conhecimentos sobre o território chinês e sua experiência militar em 13 capítulos que apresentavam conhecimentos acumulados sobre clima, relevo, logística, militarismo e política. Ele apresenta pela primeira vez a Guerra como um evento passível de análise e aplicação metodológica a partir de uma teoria. Esse tipo de preocupação com a concepção da ciência da Guerra voltaria à tona dois mil anos depois, no início do Século XIX, quando o General prussiano Carl Von Clausewitz publicou sua obra “*Vom Kriege*”, traduzida para português como “*Da Guerra*”. O trabalho, considerado um divisor de águas da Ciência Militar, é amplamente difundido e estudado até os dias atuais. Após estudar os conflitos ocorridos no final do Séc. XVIII, Clausewitz entendeu que a Guerra poderia e deveria ser tratada como um evento racional e científico. Em sua obra, o autor definiu conceitos fundamentais para a Ciência da Guerra, muitos deles ligados à Geografia e Ciência Política, relacionados à utilização e disposição de elementos no espaço adequados à questões de escala e competência militar.

Para ele, o caráter científico da Guerra exige o entendimento de uma “hierarquia intelectual”, ou seja, o conhecimento passa a ser tratado de forma distinta, abrangendo desde o soldado, postulado como o executor das ações em Guerra, até os Generais e Almirantes, planejadores e construtores dessas ações. É nesta linha de raciocínio que Clausewitz apresenta as noções fundamentais de “tática” e “estratégia”. Em seu livro ele diz que: “*A tática é a teoria relativa à utilização das forças armadas no recontro. A estratégia é a teoria relativa à utilização dos recontros ao serviço da Guerra*” (CLAUSEWITZ, 1979). Desta forma, a tática está relacionada à escala restrita da iniciativa operacional dos esquadrões, pelotões e companhias majoritariamente compostas por militares de patentes inferiores. Já a estratégia estaria ligada à escala mais abrangente do comportamento da força militar, decidida por uma minoria composta por militares de patente superior. Numa visão geográfica, LACOSTE (1998) viria a classificar esse conhecimento como “*Geografia do Estado-Maior*”, conforme será aprofundado posteriormente.

Outro conceito fundamental de Clausewitz é o de *Estado “personificado”*. Para ele, quando tratava-se de relações internacionais e defesa dos interesses políticos e territoriais, os Estados poderiam ser considerados pessoas (RAPOPORT *apud* RIBEIRO, 2010). Após o fim das Guerras Napoleônicas e o triunfo do Estado Nacional sobre o Absolutismo, no início do séc. XIX, a ideia de *Estado personificado* foi transformada em *Estado-Territorial* (RIBEIRO, 2010). A preocupação com o conhecimento e controle sobre o território aliada à onda do nacionalismo, embasou as políticas internacionais através do Século XIX até a expansão das políticas imperialistas a partir da década de 1870.

2.1.2. O fenômeno da Guerra Total

A Guerra, por ser um processo de natureza geográfica, pode ser analisada através de uma escala geográfica de observação dos fenômenos. Ao longo da história do pensamento geográfico, o conceito de escala foi abordado de diferentes formas, variando de acordo com o tipo de análise a ser feita sobre as informações e fenômenos, podendo inclusive apresentar relações “antagônicas” de operacionalização, como é o caso da escala geográfica e a escala cartográfica. (CASTRO, 2000; MENEZES e FERNANDES, 2013).

Antes de tudo, é importante lembrar que a visão clausewitziana defende que a guerra nada mais é do que a continuação da política de Estado por outros meios (CLAUSEWITZ, 1979). Desta forma, quando se opera a transição de um evento exclusivamente militar para a fusão de interesses políticos, sociais e econômicos, surge a problemática da escala. Castro (2000) apresenta a escala geográfica como uma “*estratégia de aproximação do real*”, provando-se a forma mais adequada para tratar da complexidade de determinados fenômenos.

“(…) a escala será problematizada como uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca como um problema também fenomenal.” (CASTRO, 2000, p.118)

A autora cita os trabalhos de Harvey, Davidovich e Lepetit sobre urbanização e análise territorial nos quais a escala surge como um “*operador de complexidade*” (CASTRO, 2000).

A partir deste pressuposto, ao analisarmos as escalas do fenômeno da Guerra, fica evidente a grande variedade de modalidades em que o conflito pode ocorrer, baseando-se principalmente em sua intensidade e abrangência. A conceituação e análise dessas modalidades é, sem dúvida, um tema absolutamente fascinante e complexo, em particular no caso de uma Guerra Total e Mundial.

Tal conceito remete novamente à visão de Clausewitz, que propõe parâmetros sobre o envolvimento da nação num eventual estado de Guerra. Primeiramente, deve-se lembrar que Clausewitz considerava a Guerra como um conflito fortemente atrelado à moral, quase como uma “briga de cavalheiros”. A linha tênue que mantinha esta moral em jogo moldou o conceito de Guerra Absoluta. Para o autor, esta ocorre quando uma nação ultrapassa o limite ético e moral a fim de propor uma ação contra um inimigo em comum (Clausewitz, 1979). Neste estágio, poucos elementos faltariam para a instauração de uma Guerra Total.

Ao chegar neste nível o conflito já adquire uma notoriedade tão significativa que, segundo Bachrach e Baratz (1983 *apud* JULIÃO, 2016) sai do contexto militar, envolvendo profundamente todas as camadas civis. Hobsbawm (1995) considera este fenômeno como único na História - deve-se muito ao fato do autor considerar a “Guerra Total” como um evento abrangente do início da Primeira Guerra ao final da Segunda Guerra Mundial - no qual nunca as nações haviam participado de uma ação dessa magnitude (Hobsbawm, 1995). O autor também cita um ponto de suma importância para o cenário global: tal conflito, ao chegar nos âmbitos socioeconômicos de um Estado, torna-se um gigantesco empreendimento.

“Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado.” (Hobsbawm, 1995)

A Guerra Total, em sua execução e desenvolvimento, apresentou-se com um formidável dinamizador da economia, impulsionador da indústria e um potente catalisador para ações políticas. Por isso, o autor cita os chamados “ciclos extra-militares”. Neste período, foi possível perceber grande retrocesso por parte de algumas nações e um grande desenvolvimento econômico por parte de outras. Uma evolução tecnológica sem precedentes e o surgimento de novas questões humanitárias e nacionalistas (Hobsbawm, 1995).

2.2. A Geografia Militar

2.2.1. O conhecimento geográfico-militar e sua evolução até o status de ciência

Apesar da Guerra ser um fenômeno presente em diversos momentos da História, poucas foram as ocasiões em que os pesquisadores e autores se propuseram a pensar no assunto. A ciência geográfica, por exemplo, só veio a formalizar o ramo militar como objeto de estudo no Século XIX, quando foram publicados os primeiros trabalhos da então chamada Geografia Militar (RIBEIRO, 2010). Contudo, é possível perceber que o uso do conhecimento geográfico para fins militares já é datado de muito antes da Idade Contemporânea.

Mais uma vez, seria impossível deixar de citar “A Arte da Guerra”, onde Sun Tzu apresenta uma visão clássica da Geografia como um conjunto de elementos naturais que possam ser usados pelo General para a realização de suas ações. Três dos treze capítulos originais são consagrados a esta questão: IX- Da importância da Geografia; X- Da Topografia; XI- Dos nove tipos de terrenos.

“A superfície da Terra apresenta uma variedade infinita de lugares. Deves fugir de uns e buscar outros. Todavia, deves conhecer todos os terrenos com perfeição.” (Tzu, 2010)

Porém, quando o conhecimento geográfico é posto sob o viés analítico do estudo e conhecimento do espaço, é possível encontrar influências diretas e indiretas em quase todos os capítulos do livro. Para o autor, o conhecimento sobre o espaço era de suma importância para o planejamento tático e estratégico das ações.

A disponibilidade ou falta deste saber implicaria não só nas questões militares, mas também em questões sociais, econômicas, morais e políticas, ou seja, o resultado das decisões estratégicas estaria diretamente ligado ao comportamento humano a elas subordinado (SUN TZU, 2000).

Séculos mais tarde, no período da Antiguidade Tardia, o uso do conhecimento geográfico como forma de dominação e para fins militares ganhou grande relevância com o surgimento de dois dos mais importantes impérios da História: o Império Alexandrino e o Império Romano. A expansão do Império Alexandrino ocorreu num ritmo formidável. Em apenas treze anos de reinado, Alexandre, o Grande, conquistou terras europeias, africanas e asiáticas criando um Império que se estendia do Egito até a Índia. A capacidade intelectual de Alexandre proporcionou a ele uma carreira militar invicta, sendo considerado um dos comandantes militares mais bem-sucedidos da História (ROISMAN E WORTHINGTON, 2010). Esse sucesso se deve ao fato de que o próprio rei era um assíduo pesquisador e exigia sempre informações detalhadas de todos os povos e locais a serem conquistados e que já haviam sido dominados. Esse conhecimento permitiu que durante todas as campanhas militares Alexandre possuísse superioridade estratégica, podendo adaptar-se aos diferentes terrenos, povos e campos de batalha.

Anos mais tarde, o Império Romano ao adaptar as estratégias de Alexandre, mostrou que o conhecimento geográfico poderia ser usado não só para dominação, mas também para o ordenamento territorial. Ou seja, o conhecimento geográfico militar tornou-se, essencialmente, o conhecimento geoestratégico. Sua aplicação permitiu que o Império Romano criasse um complexo sistema político provincial, além de expandir e defender suas fronteiras através de uma sofisticada força terrestre e naval.

No início da Idade Contemporânea, o conhecimento geoestratégico voltaria à tona mais uma vez, porém desta vez sob um olhar científico. O início do Século XIX pode ser considerado o ponto chave do surgimento da Geografia Militar. Neste período, o professor Théophile Lavallée começa a lecionar a disciplina “Geografia Militar” para oficiais da elite francesa e publica o livro “*Géographie physique*,

historique militaire”, considerado precursor das ideias de Ratzel. No mesmo ano da publicação da obra de Lavallée, os manuscritos de Carl Von Clausewitz haviam sido reunidos e publicados após a sua morte no livro “*Da Guerra*”, outra obra pioneira no estudo da Geografia Militar (RIBEIRO, 2010).

2.2.2. A análise científica do espaço para fins militares

Afinal, o que é a Geografia Militar? O conceito evoluiu de diversas maneiras desde os estudos pioneiros de Lavallée, no início do Séc. XIX. O autor dava grande relevância ao aspecto físico do espaço, como fator determinante no cenário da Guerra. Analisando o contexto histórico do conhecimento geográfico-militar, nota-se a influência do determinismo físico clássico em sua filosofia. Sua percepção sobre a necessidade do conhecimento do espaço despertou interesse não só para a Geografia francesa, anos mais tarde, a escola alemã, através de Ratzel, usaria das concepções de Lavallée para desenvolver as primeiras teorias de Geografia Política e Antropologia (RIBEIRO, 2010)

Em sua obra “*Politische Geographie*”, Ratzel não só amplia o foco de estudo da Geografia Militar ao incorporá-la à Geografia Política, mas também dá início às discussões modernas sobre território e sobre relação do espaço com a sociedade. É importante lembrar que o autor considerava o território e o Estado como elementos indissociáveis, ou seja, o povo e o espaço constituíam uma unidade política. Tais ideias foram responsáveis pelo surgimento da concepção de “espaço vital” dos Estados e da bandeira nacionalista durante o período do imperialismo. A Geografia política de Ratzel pode ser considerada o pivô ideológico da unificação da Alemanha e grande catalisador do processo de institucionalização da ciência geográfica.

“Uma decisão governamental aponta para a criação de uma cadeira de geografia em todas as universidades do Estado. O êxito é inegável: em 1890, praticamente todas as universidades alemãs possuem um ensino especializado em Geografia, ao passo que a França tinha cinco cadeiras e a Inglaterra apenas uma.” (RIBEIRO, 2009, p. 23).

O interesse pela geopolítica havia crescido significativamente no meio acadêmico europeu no final do Século XIX, muito pelo fato de que as potências coloniais precisavam de um estudo efetivo sobre seu próprio território. Desta forma, a Geografia Militar passou a apresentar um caráter atrelado ao conhecimento político-estratégico do espaço.

Clausewitz (1979) considerava a Estratégia no âmbito militar como uma noção ligada ao conhecimento sobre o cenário do conflito. A estratégia era restrita à uma elite militar que planejava as ações a serem tomadas pelos exércitos. Por outro lado, no âmbito acadêmico da ciência geográfica, o norte-americano George Cressey (1951) a define como “*a aplicação da política; refere-se tanto em tempos de paz, a questão de cooperação cultural, quanto à questão de equilíbrio de forças em tempos de guerra*” (CRESSEY, 1951 *apud* RIBEIRO, 2010, p.27). A fim de criar uma definição propriamente geográfica, independente da ciência política e da Geopolítica, Cressey (1951) propôs o conceito de Geoestratégia.

“devemos reconhecer três características que identificam este conceito, para fins de sua utilização política; sua origem militar, a necessária presença de antagonismos e, portanto, a possibilidade de luta e, além disso, notadamente, à política mundial (...) a do ajuste entre os meios e fins, e da antecipação dos movimento do inimigo. Finalmente, vale anotar que Fernand Braudel (...) fez uso das noções de Geo-história e Geoestratégia relacionando a primeira ao estudo das paisagens pretéritas e a segunda às prospecções em torno da organização do espaço a ser produzido.” (MARTIN, 2004 *apud* RIBEIRO, 2010)

Dentre as diversas interpretações sobre a Geografia Política, Geopolítica e Geoestratégia, surge o conceito de Geografia do Estado-Maior. O termo, cunhado por Yves Lacoste em sua obra “*La Géographie c'est fait pour faire la guerre*” (1998), refere-se a um conjunto de conhecimentos estratégicos a serem utilizados pelo grupo detentor de poder sobre o espaço.

“A geografia do Estado-Maior é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço; esse saber sincrético é claramente percebido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder. (LACOSTE, 1998)”

A principal diferença desta concepção é que Lacoste tenta desvencilhar-se das amarras acadêmicas do Séc. XIX propondo uma distinção entre a Geografia do Estado-Maior e o que ele chamava de “a Geografia dos professores” (Geografia Acadêmica criada no final do Séc. XIX). Segundo o autor, a mesma fora criada com o objetivo de diminuir a influência do conhecimento estratégico militar na construção da ciência Geográfica. Para isso, a ideia da Geografia do Estado-Maior surgiu como um pensamento que abrangesse o conhecimento utilizado antes do período da institucionalização da Geografia.

RIBEIRO (2010) ao citar PELTIER & PEARCY (1966) apresenta a necessidade de uma ligação metodológica entre a ciência geográfica e o estudo da estratégia. Segundo o autor, a geografia deve estar sempre associada ao estudo do espaço e à criação de prognósticos sobre o espaço para basear e conduzir as decisões militares a fim de determinar suas motivações e analisar os impactos e a eficiência das ações militares. Sobre a Geografia Estratégica o autor diz:

“Os princípios da geografia estratégica envolvem a interpretação de informações básicas para o uso na preparação de planos para conduzir a guerra, ou para as operações durante a guerra. Dentro deste contexto as grandes considerações da geografia estratégica devem ser descritas em seis elementos: acessibilidade, mobilidade, visibilidade, comunicabilidade, disponibilidade e vulnerabilidade.” (RIBEIRO, 2010)

Cada um destes elementos desempenha uma função essencial para a manutenção dos fixos e fluxos presentes no Teatro de Guerra:

- A acessibilidade, segundo PELTIER & PEARCY (1966), tende a desempenhar um papel central dentre os elementos presentes em sua atribuição física. Está relacionada ao manejo de elementos no espaço, levando-se em conta questões como condições de terreno, fatores antrópicos, entre outros. A física do terreno é um fator que exige atenção para a questão da acessibilidade. Apesar dos acidentes geográficos não necessariamente se apresentarem como fatores determinantes, eles jamais deveriam ser ignorados.

- A mobilidade está relacionada à capacidade, habilidade, liberdade e possibilidade de escolher a forma de locomover-se de maneira eficiente para os diversos locais de teatro de guerra. Estão envolvidas ações como o transporte de materiais e tropas, os tipos de veículos que podem ser utilizados nas operações e as condições das vias de trânsito.
- A visibilidade está relacionada a inteligência de sensoriamento, ou seja, a capacidade de visualização do espaço. Nas guerras, esteve relacionada à observação usando balões, infantaria de batedores e fotografias aéreas. Por depender de um método “obsoleto”, esse elemento tem sido superado pela comunicabilidade.
- A comunicabilidade está diretamente ligada à incorporação do telégrafo, telefone e, posteriormente, as imagens de aeronaves de alta altitude, satélites e a internet.. É definida como a capacidade de transmitir informações e dados através do espaço.
- A disponibilidade está relacionada às questões da Intendência militar, ou seja, não só a quantidade de material humano, bélico e estrutural, mas também a sua disposição pelo espaço. Este elemento é um fator determinante numa Guerra Total, uma vez que os recursos necessários do espaço não são apenas militares e a participação civil torna-se inevitável. Durante o período do neocolonialismo, a disponibilidade de recursos era uma das principais preocupações das potências europeias.
- A vulnerabilidade é um elemento relacionado às questões materiais e imateriais, tanto do corpo militar quanto da população civil. Trata da necessidade das forças armadas estarem prontas para responder a ataques externos e internos. Trata também da questão moral e psicológica militar e civil, fator determinante num estado de Guerra, uma vez que este influencia diretamente na capacidade de administração política da nação.

Num contexto de conflitos em larga escala, a descrição da Geografia Militar proposta por John M. Collins, aparece relevante. Mesmo que seu livro *“Military Geography for professionals and the public”* tenha sido publicado apenas no final do Séc. XX, seu conceito apresenta-se como o mais adequado por justamente ser um dos únicos a tratar a possibilidade da atuação da Geografia Militar em escala global. Desta forma, o autor defende que a análise dos conflitos além do contexto temporal em que os eles se encontram é de grande utilidade para o estudo geográfico-militar quando diz que *“Exemplos históricos concisos e a provável influência das tendências tecnológicas ajudam a iluminar as relações passadas, presentes e futuras entre a geografia e os assuntos militares”* (COLLINS, 1998).

O autor define a geografia militar como subárea da Geografia que analisa a influência de ambientes físicos e elementos culturais sobre diretrizes e planos político-militares e operações de apoio e combate de todos os tipos, em escala local, regional e global. No texto, o autor distingue fatores geográficos físicos (geomorfológicos, geológicos, climatológicos e astronômicos) e fatores culturais (sociais, econômicos e tecnológicos), bem como as atividades militares cuja execução pode/deve vir a ser influenciada e modificada por tais fatores. (Tabela 1)

Tabela 1: Fatores Geográficos e Militares

Fatores físicos	Fatores culturais
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relações espaciais ➤ Topografia e Drenagem ➤ Geologia e Solos ➤ Vegetação ➤ Oceanos e Praias ➤ Tempo e Clima ➤ Luz do dia / Noite ➤ Gravidade e Magnetismo 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Raízes étnicas e espaciais ➤ Padrões populacionais ➤ Estruturas sociais ➤ Linguagens e Religiões ➤ Indústrias e uso da terra ➤ Redes de transporte ➤ Telecomunicações ➤ Instalações Militares
Atividades Militares	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estratégias, táticas e doutrinas ➤ Comando, controle e estruturas organizacionais ➤ Equilíbrio entre forças terrestres, marítimas, aéreas e espaciais ➤ Coleta de inteligência 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aquisição e alocação de armas e equipamento ➤ Fornecimento, manutenção e construção ➤ Suporte médico ➤ Educação e treinamento ➤ Pesquisa e desenvolvimento

Fonte: *Military Geography for professionals and the public*. COLLINS, 1998.

Desta forma, pode-se dizer que a Geografia Militar, a Geografia Estratégica e a Geografia do Estado-Maior são, em sua essência, diferentes nomes para o mesmo objeto, visto que, em todos os casos, a obtenção e utilização do conhecimento dos elementos do espaço como ferramenta de dominação aparece como um denominador comum. A única distinção encontra-se na aplicabilidade, ou seja, o agente para qual tal conhecimento encontrará serventia, fator que irá variar de acordo com a situação em que se encontra o território - em caso de conflito, será usado para fins militares, em caso de paz, será usado para fins políticos e/ou comerciais.

PARTE II: O Mundo e a Guerra

3. A tensão geopolítica na Europa na virada do Séc. XIX para o Séc. XX

Amparados por nossa base teórica-conceitual podemos analisar o cenário geopolítico e militar no contexto da Primeira Guerra Mundial.

3.1. Geopolítica e o militarismo europeu no Pré-Primeira Guerra

Durante o século XIX, a Europa testemunhou uma série de grandes mudanças no âmbito geopolítico e econômico. Nações que viriam a participar da Grande Guerra presenciaram, mesmo que de formas diferentes, algum tipo de evento que alteraria o *status quo* presente. As décadas de 1860/70 foram marcadas por diversos conflitos, dos quais surgiram alguns dos mais importantes processos de reestruturação política. O advento de “novos” Estados ou regimes políticos, como o Império Alemão, o Reino de Itália, a 3ª República Francesa e a Áustria-Hungria, mudaram por completo o sistema político internacional, uma vez que, durante essa mesma época, a influência do capitalismo industrial sobre a economia fazia com que as potências buscassem expandir seu território.

Halford J. Mackinder (1904) cita em seu trabalho “*The Geographical Pivot of the History*” a mudança do sistema-mundo europeu durante a era da expansão colonial. Segundo o autor, “*a Europa surgia para o mundo*” através do enorme crescimento da sua área de dominação, tanto em superfície terrestre quanto marítima..

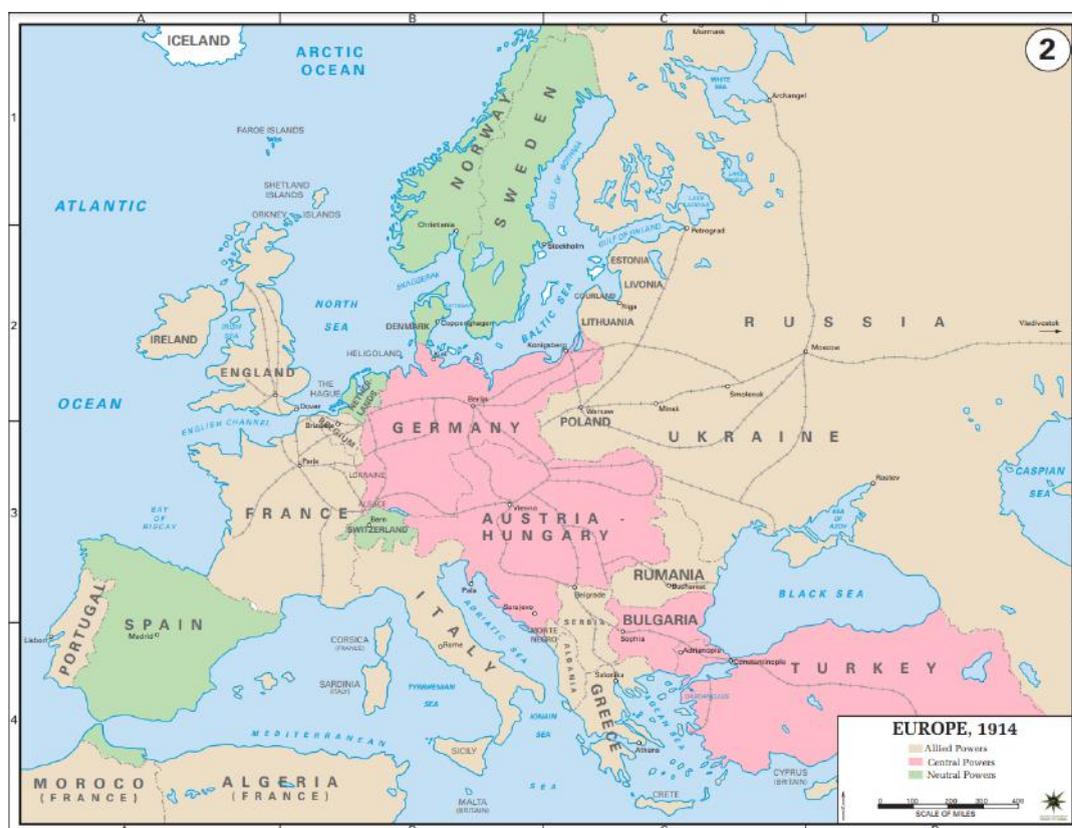
“Agora a Europa surgia para o mundo, multiplicando mais de trinta vezes a superfície marinha e as terras costeiras que ela tinha acesso (...). Novas Europas foram criadas nas terras desocupadas descobertas no meio das águas, e o que a Grã-Bretanha e a Escandinávia eram para a Europa nos primeiros tempos, a América, Austrália e a África transaariana passaram a ser para a Eurásia.” (MACKINDER, 1904)

As estratégias de expansão e/ou preservação do território nacional foram carros-chefes de muitos trabalhos acadêmicos no período pré-Guerra, podendo citar

exemplos como o *Espaço-Vital* de Ratzel, a *Geografia Militar* de Lavallée e principalmente os trabalhos “antagônicos” de Mahan, sobre a potencialidade do poder marítimo e Mackinder, sobre a importância do poder terrestre. Estes últimos, talvez descrevam de melhor forma a complexidade da geoestratégia europeia no final do século XIX.

Uma vez que as terras continentais já estavam totalmente ocupadas, a solução encontrada pelas potências europeias foi o aperfeiçoamento de sua estratégia colonial e de sua política externa, principalmente na forma de alianças entre Estados (Figura 1). A necessidade do controle e do domínio do território, principalmente dos impérios extra-marinhos, criou uma demanda cada vez maior pelo “encurtamento das distâncias”, de forma a manter as colônias sob a melhor supervisão possível em relação à metrópole. Desta forma, pode-se dizer que a globalização no período anterior à 1ª Guerra Mundial não foi apenas de viés econômico, mas também cultural e político (STEVENSON, 2016).

Figura 1: Mapa da Europa em 1914.



Fonte: USMA/Westpoint

A disputa pelo domínio territorial desenvolveu-se de maneira praticamente simbiótica ao processo da Segunda Revolução Industrial, porém, infelizmente, o progresso tecnológico foi acompanhado por tensões políticas, uma vez que os atritos políticos e ideológicos, antes restritos ao continente europeu, foram transpostos aos outros continentes (Item 3.1.1.).

“O Imperialismo projetou as rivalidades da Europa por todo o mundo. Entre 1800 e 1914 a proporção da superfície da terra ocupada pelos europeus, sob a forma de colônias ou antigas colônias cresceu de 35% para 84,4%.”
(STEVENSON, 2016)

Mesmo que muitos dos atritos diplomáticos tenham acontecido no próprio continente europeu, apenas seis grandes nações tinham a capacidade de promover uma guerra: o Império Britânico, o império alemão, a França, a Itália, a Rússia e a Áustria-Hungria. Apesar da perceptível desigualdade no número de tropas e desenvolvimento tecnológico, tais Estados distinguiam-se dos vizinhos por sua superioridade bélica e influência política.

3.2. A Revolução Industrial e a Corrida Armamentista (1860-1918)

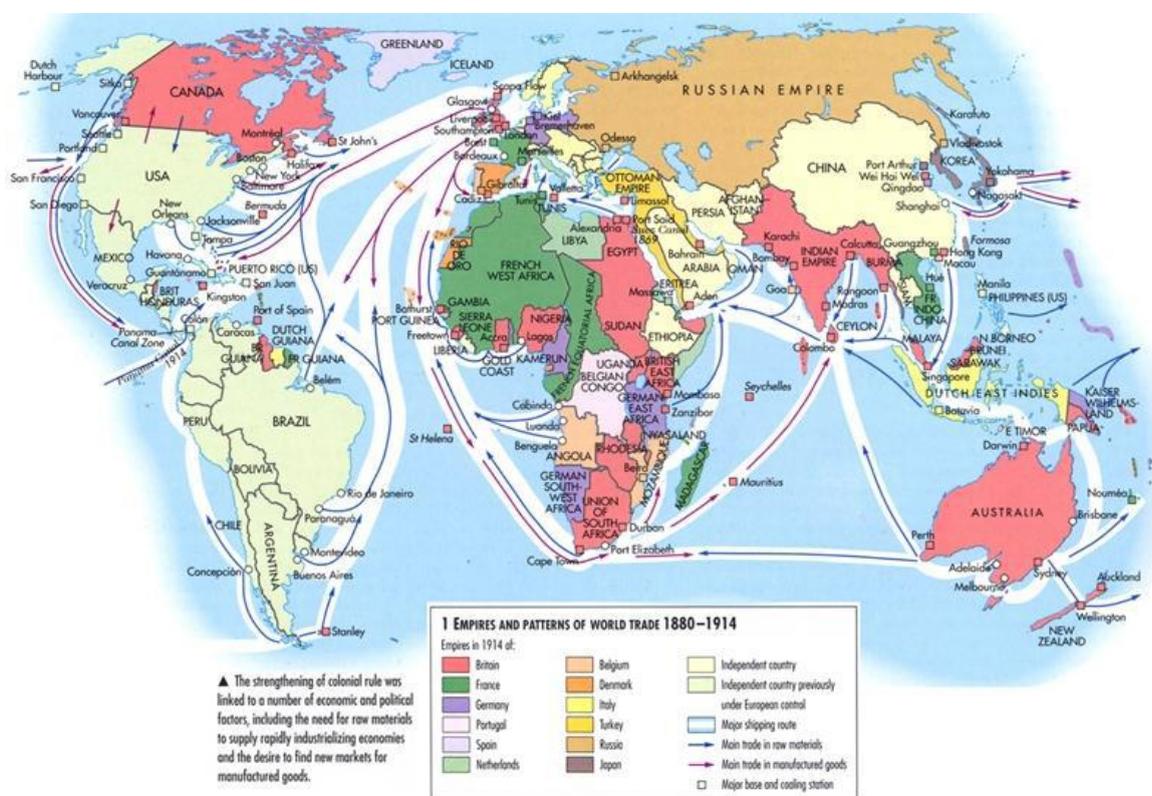
Como foi dito no item anterior, as tensões decorrentes das disputas territoriais ocorreram de maneira simbiótica à Segunda Revolução Industrial. Mas o que isso significa? As últimas décadas do Século XIX foram marcadas por mudanças geopolíticas significativas. Durante esse período, as potências industriais surgiram com tecnologias jamais vistas anteriormente, e desta forma, passaram a concentrar seus recursos em uma nova fronteira econômica, o neocolonialismo.

A Revolução Industrial permitiu a implantação de novos artifícios técnicos que, num primeiro momento, alavancaram o desenvolvimento logístico e econômico das potências. O aprimoramento da indústria petrolífera, da produção elétrica e a da siderurgia ditaram as diretrizes produtivas nesse período. O número de ferrovias cresceu consideravelmente, bem como o uso pelo transporte de motores de combustão interna, capazes de percorrer distâncias ainda maiores.

Esse fenômeno aqueceu a discussão sobre a postura das grandes potências europeias em relação às suas respectivas políticas externas. A busca pela obtenção e manutenção de mercados consumidores e áreas de exploração de recursos, aliada às correntes nacionalistas que surgiram nas sociedades europeias, levaram ao “ressurgimento” da necessidade da imposição política sobre os espaços. Os Estados voltaram seus olhos para os territórios extra-marinhos como uma possibilidade de estabelecer uma política imperial (Figura 2).

Apesar das novas tecnologias de transporte e comunicação terrestre, por tratar-se de um colonialismo extra-continental, as nações ainda viriam a depender do fortemente da capacidade naval. Todos os continentes (com exceção da Antártida) sofreram influência da nova doutrina europeia, seja pela criação de novas colônias ou pelo “incentivo” ao desenvolvimento das áreas já dominadas, como por exemplo, a Índia e o Oriente Médio.

Figura 2: Impérios e padrões de comércio mundial (1880-1914).



Fonte: *Philip's Atlas of World History*

Em 1890, Alfred T. Mahan, historiador e antigo contra-almirante da Marinha estadunidense, revolucionou a Geoestratégia publicando *“The Influence of Sea Power Upon History”*. Em sua obra, o espaço marítimo é visto como um ambiente propício à disposição política e econômica. Mahan afirma que *“o mar apresenta-se no ponto de vista político e social como uma grande via, ou melhor, talvez, um grande bem comum, no qual todos os homens poderão passar em todas as direções”* (MAHAN, 1890, p.25). Porém, no contexto do processo de expansão e reafirmação do poder colonial, sua contribuição mais importante foi a ideia de que a nação deveria sempre procurar manter seus portos ligados às colônias, funcionais e protegidos, a fim de manter uma ligação constante com aquela rota ou local e, desta forma, defender seus interesses.

“As a nation, with its unarmed and armed shipping, launches forth from its own shores, the need is soon felt of points upon which the ships can rely for peaceful trading, for refuge and supplies. In the present day friendly, though foreign, ports are to be found all over the world” (MAHAN, 1890, p.27)

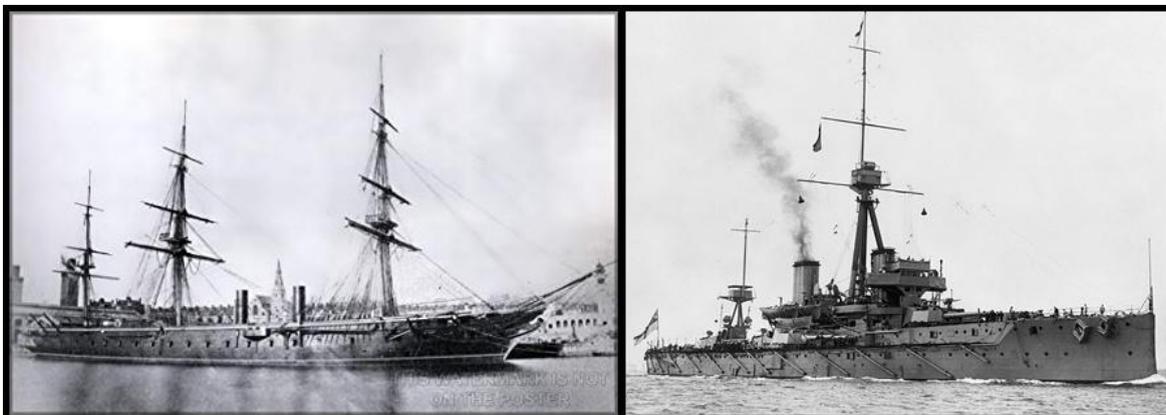
Uma vez que os portos e rotas marítimas acolhiam cada vez mais navios maiores e mais potentes que viajavam grandes distâncias com destino às colônias, as nações perceberam que precisavam acompanhar a evolução tecnológica (e as consequências geopolíticas latentes). Dessa vez, a Revolução Industrial forneceu todo tipo de material necessário para o desenvolvimento da tecnologia militar (ARARIPE, 2006).

“A Grande Guerra foi travada no ambiente resultante do salto tecnológico da Revolução Industrial que, da Grã-Bretanha, se irradiou pela Europa continental e pelos Estados Unidos, e os meios e os processos de combate de 1914-18 refletem necessariamente esse fato” (ARARIPE, 2006)

Com o passar dos anos, a disputa pela superioridade marítima começou a interferir diretamente nos projetos político-econômicos das potências industriais. No início do Século XX, o poderio militar passou a representar uma parcela significativa da indústria pesada e os projetos de defesa passaram a aparecer cada vez mais nas pautas científicas e econômicas. Os resultados dessas “mudanças de ânimo” eram visíveis nos novos projetos (Figura 3), ficando cada vez mais evidente o uso da tecnologia como fator de intimidação e/ou superioridade. Por exemplo, o grande símbolo da evolução do poder naval, o HMS *Dreadnought*, superava o alcance de

atividade do HMS *Warrior* (primeiro navio britânico blindado para alto mar) em mais de 3 vezes a sua capacidade.¹

Figura 3: HMS *Warrior*, 1860 (Esquerda) X HMS *Dreadnought*, 1906 (Direita).



O aumento na quantidade e tamanho do armamento fica evidente de uma classe para a outra.

O início do Século XX apresentou a maior concentração de inovações tecnológicas e militares, algumas tecnologias que já tinham sido utilizadas anteriormente ganharam novas atribuições e um aumento significativo da capacidade. O motor de combustão interna criou a oportunidade do surgimento dos automóveis e aeronaves que prontamente seriam adaptadas ao uso militar. O transporte ferroviário evoluiu do vapor para a combustão de diesel. O telégrafo foi amplamente difundido pelo mundo, permitindo uma comunicação rápida entre os agentes. (ARARIPE, 2006)

“(…)a guerra se tornaria um conflito global e imperial, envolvendo todos os aspectos do transporte moderno e comunicações, assim como as tecnologias especializadas no combate em terra, no mar e no ar” (HEFFERNAN, 1996)

No conflito terrestre na Europa, o campo militar que mais causou impacto para os exércitos foi a Artilharia. O aprimoramento da indústria siderúrgica permitiu a criação de canhões de calibre cada vez maior, mais fáceis de serem transportados e a produção em massa de munição. Com o desenrolar da Guerra, as artilharias passaram a contar com o apoio da aerofotografia e mapeamento cada vez mais preciso (ARARIPE, 2006). Esse processo tornou possível a criação da principal

¹ O alcance médio: HMS *Warrior* (3,900 km a 11 nós). HMS *Dreadnought* (12.260 km a 10 nós).

estratégia de avanço de tropas na Primeira Guerra, a Barragem², que, apesar de muito custosa num ponto de vista material e logístico, mostrou-se relativamente efetiva em alguns casos. Desta forma, os comandos militares passaram a repensar a defesa de seu espaço, uma vez que eles precisavam manter os pontos de interesse (como cidades e parques industriais) longe do alcance da artilharia.

Apesar do neocolonialismo e da Revolução Industrial serem fenômenos de impacto global, a força militar e política estavam concentradas nas grandes potências. Ainda assim, vale lembrar que tais nações estavam em situação bem distinta umas das outras. No intuito de amenizar as pesadas tensões que pairavam sobre a Europa, os governos iniciaram a criação de alianças políticas que buscavam assegurar certa estabilidade e, em certos pontos, até colaboração (STEVENSON, 2016). Dessas alianças surgiram alguns dos mais notáveis exemplos de colaboração tecnológica que vieram a mudar o rumo da Guerra e perduram até os dias atuais.

O mais impactante desses exemplos é, sem dúvida, a colaboração entre o Império Alemão e o Império Otomano para a construção da Ferrovia Berlim-Bagdá (Anexo A). O plano original era criar um extenso caminho ferroviário que ligaria Constantinopla, capital do Império Otomano à cidade de Bagdá, no Oriente Médio. A ferrovia permitiria o acesso dos Impérios Centrais às reservas de petróleo, evitando assim a utilização do Canal do Suez (controlado por britânicos e franceses). Esse projeto foi o pivô de intensos conflitos durante a Grande Guerra. A Tríplice Entente - principalmente o Império Britânico - temia pela segurança das jazidas que abasteciam sua Marinha e, por isso, lançou-se numa empreitada para impedir o pleno funcionamento da ferrovia através de ataques de guerrilha oriundos de grupos rebeldes liderados principalmente pelo Comandante T.E. Lawrence.

² No âmbito militar, uma barragem de artilharia consiste num método de ataque em que os tiros devem ser efetuados separadamente numa linha horizontal. À medida que o ataque vai ocorrendo, os tiros são deslocados para mais adiante permitindo o avanço das tropas. Na Primeira Guerra esse método era usado constantemente contra trincheiras.

PARTE III: A Ofensiva da Primavera

Uma vez iniciada a parte III, é importante lembrar que a partir deste ponto, será feito um estreitamento da escala de análise do trabalho. Diferente da parte II, onde foram tratados fenômenos políticos-econômicos de escala mundial, a parte III será focada na análise das condições dos países diretamente envolvidos na Operação e nos fatos relacionados ao seu desdobramento.

Durante a parte III, serão retomadas as ideias expostas no tópico 2.2.2. sobre os elementos da geografia estratégica de Peltier & Percy (1966) citados por Ribeiro (2010)³ e os fatores geográficos sobre as atividades militares, propostos por Collins (1998).

4. O Kaiserschlacht: Do início ao fracasso

Este capítulo está dividido em quatro partes que tratam da Ofensiva acompanhando seu padrão de desenvolvimento. Inicialmente será feita uma breve introdução que servirá como base para o entendimento dos agentes envolvidos na Ofensiva. O fato da Operação ter ocorrido já no final da Guerra cria a necessidade da apresentação do contexto em que as nações beligerantes se encontravam, ou seja, como estavam lidando com o desenrolar do conflito nos aspectos econômicos, políticos, sociais e militares. Diferente dos três tópicos seguintes que serão abordados de forma cronológica, este será abordado de acordo com os elementos pertinentes a cada nação.

Os três tópicos seguintes serão sequenciais e irão analisar as etapas de ocorrência do evento. O primeiro tópico irá expôr a construção e o planejamento do ataque, as estratégias que foram propostas e os objetivos a serem alcançados, assim como a disposição geográfica e militar das forças dos países no momento do início da Ofensiva. Posteriormente, o segundo tópico será destinado à análise dos fatos ocorridos no desenrolar do ataque, expondo a estratégia adotada pela defesa,

³ Pág. 20

os empecilhos criados, as decisões tomadas por ambos os lados e os resultados parciais.

Por fim, o terceiro e último tópico abordará o declínio do desempenho do ataque até seu fracasso total. Neste ponto serão expostos os fatores que levaram ao fim da Ofensiva e os impactos de sua ocorrência sobre o espaço. Desta forma, poderá ser iniciada a discussão das considerações finais.

Os beligerantes e suas influências

Um dos pontos de maior notabilidade da Ofensiva da Primavera são seus participantes. Nesse evento, as três maiores potências da Europa, consideradas “líderes” de suas respectivas alianças, travaram uma batalha que poderia ter imposto um ultimato sobre a guerra. Passados três anos do início do conflito, o Império Britânico, o Império Alemão e a República Francesa já mostravam um visível desgaste político-econômico e social.

Inicialmente, nenhuma das nações envolvidas esperava um conflito dessas proporções. Os ingleses, por exemplo, chamavam-no apenas de “A Grande Guerra”, remetendo às guerras napoleônicas vivenciadas no Século anterior. Os alemães, em contrapartida, utilizavam o termo "*Weltkrieg*"⁴ por acreditar que estavam lutando pelo poder mundial. Houve casos em que nações independentes tentaram intermediar conversas de paz, porém foram prontamente ignoradas. Os governos beligerantes mostraram pouca habilidade diplomática e, em alguns casos, viram o conflito como forma de apaziguar as disputas políticas internas. Em geral, os governos perceberam que uma vez imersos no embate, o único jeito de alcançar seus “Objetivos de Guerra”⁵ era através de uma vitória absoluta (STEVENSON, 2010).

⁴ “Guerra Mundial” em Alemão.

⁵ Segundo Stevenson (2010), “objetivo de guerra eram termos (cessão territorial, desarmamento, indenizações, etc.) a serem impostos depois da vitória”.

- O Império Alemão

Devido à sua localização geográfica, a principal preocupação do Império Alemão foi a vulnerabilidade de seu território. Na fronteira oeste estava a França, um inimigo de guerras anteriores, na fronteira leste, o Império Russo, que passou a ser uma ameaça depois que o Kaiser Guilherme II abandonou o Tratado de Ressegurança firmado por Bismarck (ARARIPE, 2006). A tensão ficou ainda maior quando essas duas partes assinaram a Aliança Franco-Russa, na qual os franceses disponibilizaram recursos para a modernização da infraestrutura de transporte no leste da Rússia. O adensamento das linhas férreas próximas à fronteira e construção da Ferrovia Transiberiana significou um aumento significativo na mobilidade do exército czarista, fato visto como uma possível ameaça ao território alemão em caso de conflito.

Mesmo que Império Alemão tenha apresentado um sólido processo de crescimento tanto populacional quanto econômico (alcançando o terceiro maior PIB do mundo atrás apenas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha), ainda precisou estabelecer alianças para contrabalancear com os tratados firmados pelas nações rivais (SONDHAUS, 2013). Dos acordos entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, surgiu a Tríplice Aliança que apesar de, em teoria, ser politicamente mais instável garantiu uma base político-militar para o início da Guerra. Durante o conflito, o Império Alemão continuou sua constante de aumento dos gastos bélicos que vinha desde a corrida armamentista das décadas anteriores. Mesmo com os esforços de uma parcela política de oposição à Guerra, os gastos públicos subiram de 18% a 76% do PIB durante o confronto (STEVENSON, 2010).

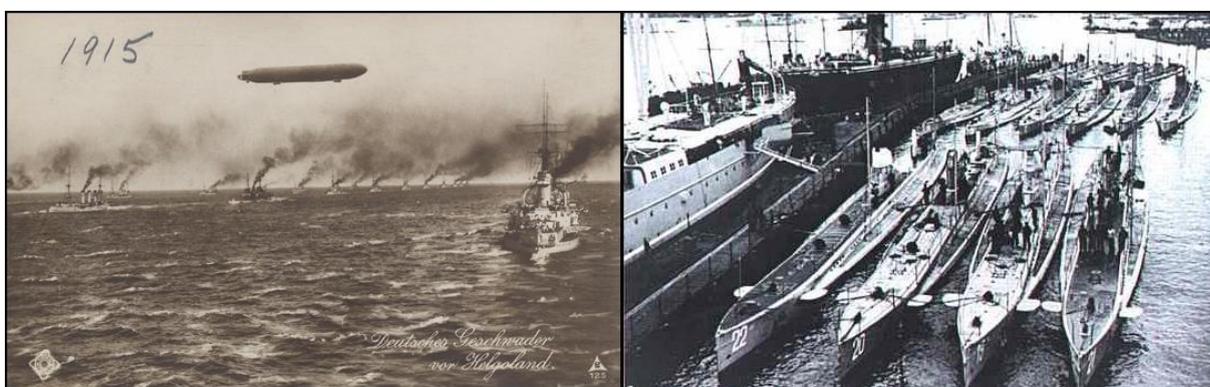
“O massacre não poderia prosseguir sem uma mobilização igualmente sem precedente nos fronts de cada país. Já no auge da corrida armamentista pré-1914, os gastos com defesa não haviam excedido 5% do Produto Nacional Bruto das potências. Ao contrário, os gastos militares dos mais beligerantes provavelmente representaram mais da metade do PIB de 1916 (...). Na Alemanha por exemplo, os gastos públicos (principalmente com a guerra) subiram entre 1914 e 1917, de 18% para 76% do PIB” (Stevenson, 2010)

Esse investimento fez com que a Alemanha possuísse o exército mais poderoso da Europa e elevou a Frota de Alto-Mar a posição de segunda maior

esquadra do mundo (SONDHAUS, 2013). Nesse ponto, os objetivos de guerra do Reich já estavam claros, o Império precisava assegurar a proteção de suas fronteiras leste e oeste, garantir o território e matérias primas do nordeste francês e expandir sua atividade colonial na África e Oceania. Porém esse plano encontraria dificuldades antes mesmo de sua execução.

O crescimento acelerado da Frota de Alto-Mar nos anos anteriores aumentou a preocupação dos britânicos em relação ao controle dos mares e à proteção de suas colônias, levando Londres a investir pesadamente na ampliação e modernização da Grande Armada. Os alemães buscaram contrabalancear essa superioridade com a “campanha de U-Boots⁶”, que visou atacar irrestritamente os navios da Tríplice Entente. Para aumentar sua acessibilidade geográfica, o Kaiser autorizou a invasão ao (até então neutro) Reino da Bélgica, possibilitando não só a instalação de bases navais próximas das rotas de comércio inimigas no Canal da Mancha, mas também uma ampliação do front francês numa área que até então era vista como “imune” a presença de combate.

Figura 4: Principais forças da Marinha alemã.



Um esquadrão Frota de Alto-Mar em Heligoland (à esquerda) / U-Boots ancorados em Kiel (à direita).
Fonte: *World War I Today*

Apesar da considerável atuação dos submarinos, as consequências da agressiva política alemã pesaram sobre o esforço de guerra do Império. A invasão à Bélgica causou um descontentamento geral da Tríplice Entente e os britânicos que até então estavam relutantes sobre a participação na Guerra terrestre, passaram a enviar tropas para o continente. No front oeste, a igualdade de forças criou um

⁶ U-Boot: *Unterseeboot*. Termo utilizado pela Marinha alemã para dar nome aos seus submarinos.

impasse entre os exércitos através de uma guerra de trincheiras que durou pela maior parte do conflito. A manutenção dos fronts tornou-se uma tarefa árdua para a indústria alemã, a disponibilidade de recursos de combate era uma preocupação tanto dos comandos civis quanto militares. Além da crescente demanda por munição para os canhões da artilharia e para as armas da infantaria, a guerra de trincheiras demandava grande quantidade de provisões e tropas. O acesso aos recursos vindos do exterior estava ficando cada vez mais complicado, o Império Austro-Húngaro não poderia ser uma fonte estável pois travava suas próprias batalhas no front leste e, por diversas vezes, dependia da ajuda alemã. A situação ficou mais delicada quando a Itália aliou-se à Entente, unindo esforços com a França para impedir a atividade naval da Áustria-Hungria no Mar Adriático.

Por outro lado, a aliança com o Império Otomano e o Reino da Bulgária permitiu a criação de uma nova coligação militar e comercial, os “Impérios Centrais”, que possibilitou a expansão da influência alemã da Europa até o Oriente Médio através das nações aliadas (Figura 1) . Com o controle do Mar Báltico ao Norte e o fechamento do Estreito de Dardanelos ao Sul, a coligação conseguiu “isolar” a Rússia de seus aliados e obteve acesso às reservas de petróleo no Oriente Médio. Porém, em questões de acessibilidade e mobilidade para/com o resto do mundo, o Império ainda apresentava algumas limitações.

Mesmo com todo o investimento que lhe foi dedicado, a Frota de Alto-Mar nunca conseguiu sobrepujar a Grande Armada tanto em área de cobertura quanto em confronto direto. Depois da Batalha de Heligoland Bight (1914), na qual navios alemães foram surpreendidos por navios ingleses perto de sua base, a Marinha decidiu adotar uma postura mais cautelosa em relação aos grandes navios, deixando a tarefa de ataque para os submarinos. Ainda assim, nos anos seguintes, a esquadra alemã voltaria a ser derrotada pelos ingleses na Batalha de Dogger Bank (1915) e travou um grande, porém custoso, conflito com os britânicos na Jutlândia (1916) (STEVENSON, 2010). (ANEXO B)

Com boa parte da Frota de Alto-Mar imobilizada, os alemães não conseguiram estabelecer plena conexão com suas bases e colônias além-mar,

facilitando a ocupação por parte dos aliados da Entente. O descontentamento com a campanha dos U-boats levou ao aumento das operações navais da Entente e seus aliados fora da Europa devido à participação das Marinhas estadunidense, brasileira e japonesa. Com o acesso às colônias diminuindo, o Império passou a sofrer uma escassez de recursos. A situação ficou ainda mais agravada quando um rigoroso inverno assolou Berlim e Viena entre 1916-1917, levando uma onda de fome que pairava sobre a população (STEVENSON, 2010). Com conflitos nos fronts leste e oeste e a necessidade de dar suporte aos aliados tanto na Europa quanto na Ásia, o Império Alemão estava aos poucos entrando em exaustão.

- **O Império Britânico**

A Grã-Bretanha, por sua vez, encontrava-se numa posição completamente diferente do seu inimigo. Sua localização privilegiada entre o Mar do Norte e o Oceano Atlântico deu condições para o desenvolvimento de uma histórica campanha naval e a construção do maior império colonial da história. Ocupando $\frac{1}{4}$ da área terrestre da Terra e com colônias nos 5 continentes, o Império estabeleceu-se como potência hegemônica global no período anterior à Guerra (SONDHAUS, 2013).

A estratégia colonial britânica não se baseava apenas nas questões econômicas. A influência política que a metrópole exercia sobre a gestão das colônias foi a principal ferramenta usada para manter o território sob controle.

“(...)a Grã-Bretanha também exercia em larga medida o que os especialistas em relações internacionais chamam de soft power, ou “poder suave”, não apenas por conta de seu sistema parlamentar muito admirado e seus conceitos de direitos individuais, mas também graças a uma tremenda influência sobre a cultura mundial, tanto no nível de elite como em suas formas mais populares”. (SONDHAUS, 2013)

Sua posição geográfica também permitiu um isolamento natural do continente europeu. Diferentemente das demais potências, os britânicos não precisavam se preocupar com fronteiras hostis em sua terra natal, porém, assim como no Séc. XIX, o foco de sua atenção estava voltado para o domínio marítimo. O Mar do Norte e o Canal da Mancha eram "as fronteiras" que separavam o Império dos seus rivais e os

oceanos eram sua área de interesse em grande escala. Depois que a Alemanha unificada começou um extenso projeto de ampliação da esquadra, os britânicos sentiram sua hegemonia ameaçada, e esse sentimento desencadeou a corrida armamentista que precedeu a Grande Guerra.

Apesar da base industrial britânica ter sido superada pela alemã, o Império continuava detentor do segundo maior PIB do Mundo (atrás apenas dos Estados Unidos). A perda da influência da Grã-Bretanha no cenário europeu fez com que a importância geoestratégica de seu império aumentasse. Seu Exército, apesar de ser bem treinado e equipado, era relativamente menor que o das outras potências, por outro lado, a Grande Armada era a maior e mais moderna esquadra do mundo no momento.

“A fim de vencer a corrida naval com a Alemanha, entre 1907 e 1913 a Grã-Bretanha aumentou em 57% os gastos com a marinha de guerra; no mesmo período, os gastos com o exército de 200 mil voluntários subiram apenas 6%.” (SONDHAUS, 2013).

A diplomacia britânica obteve mais sucesso que a alemã tanto na escala europeia quanto mundial. A fim de resolver questões coloniais na África e confirmar a paz mantida após as Guerras Napoleônicas, o Império Britânico assinou a Entente Cordiale com a França (1904) e, poucos anos depois, a Entente Anglo-Russa (1907) resolveu questões de influência na Ásia. O Império Britânico passou a fazer parte da Tríplice Entente, respondendo às alianças propostas por seus rivais. Na Ásia, os tratados com o Império do Japão criaram uma situação mais confortável sobre a área do Pacífico e a relação com os Estados Unidos veio a ser útil posteriormente.

No início do conflito, os britânicos tiveram uma atuação mais discreta que seus aliados. A sociedade estava bastante relutante e a política interna, conflituosa. Muito foi discutido sobre a participação direta dos exércitos no confronto terrestre e quais deveriam ser os objetivos de guerra do Império. A grande vantagem militar britânica sobre seus inimigos era sua influência em escala global. Após a declaração de Guerra, os governos dos principais territórios além-mar responderam positivamente (com exceção da África do Sul) ao envio de suporte (STEVENSON, 2010). A Austrália ofereceu sua Marinha e sua Força Expedicionária, assim como a

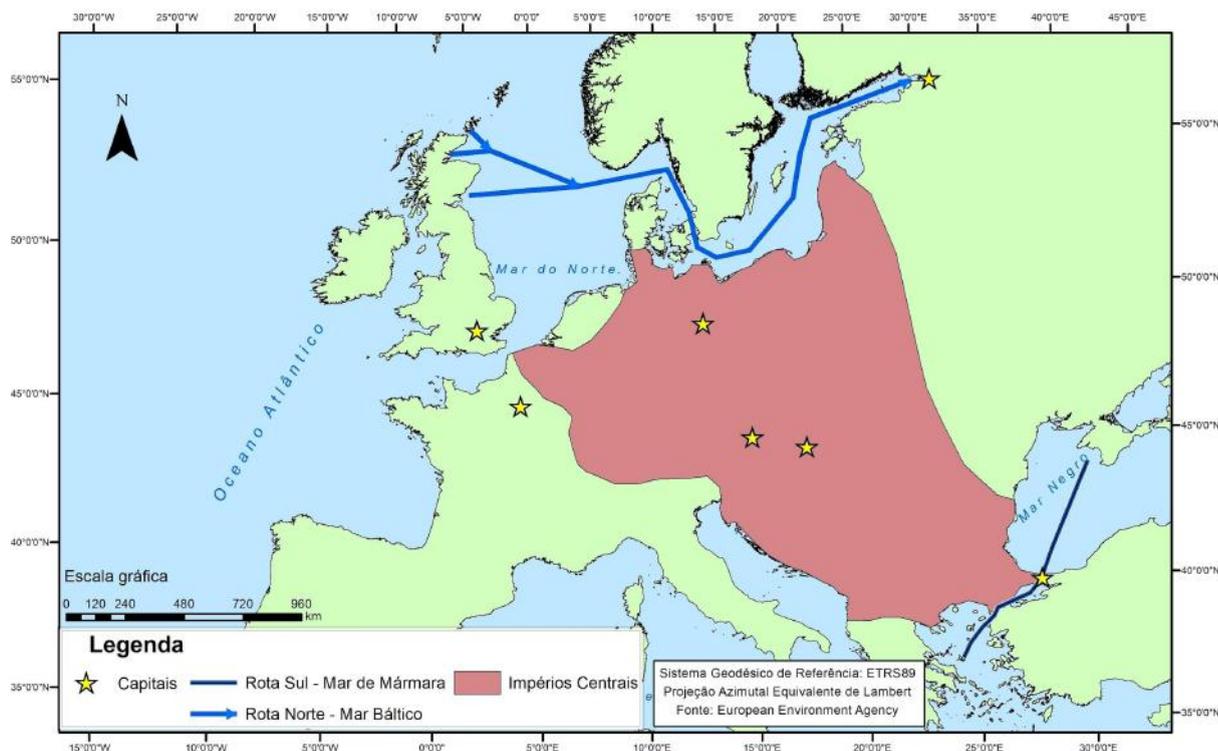
Nova Zelândia; o Governo da Índia também aprovou o envio de uma grande quantidade de tropas; os domínios no Canadá também ofereceram suporte, mesmo que em menor número. Essa vasta disponibilidade de tropas e recursos permitiu que o Império lutasse em condições de igualdade em quase todos os fronts em que esteve envolvido.

O maior impacto sobre o Império Britânico e a Tríplice Entente ocorreu através do Império Otomano que, até então, era uma nação neutra na Guerra. Longe dos conflitos da península europeia, os otomanos viam a Rússia como inimiga tanto política quanto cultural. A modernização militar do Império Russo e a preocupação com as fronteiras asiáticas levaram o Império Otomano a procurar reforçar sua presença militar no Mar negro. Para isso, o governo encomendou navios de guerra da Grã-Bretanha, porém, sabendo que isso causaria uma tensão no Mar Negro contra um dos seus aliados, os britânicos se recusaram a entregá-los mesmo após o pagamento. O Império Alemão viu essa situação como uma oportunidade de obter mais um aliado e ofereceu a ajuda que os otomanos precisavam. Daí por diante, recebendo a ajuda dos Impérios Centrais, o Império não poderia mais permitir a livre passagem do Mediterrâneo até o Mar Negro.

A situação política do Império Russo estava se deteriorando e o isolamento diante seus aliados poderia causar uma derrota. O fechamento da navegação aliada pelo Báltico e pelo Mar de Mármara fizeram com que a Grã-Bretanha buscasse uma solução imediata já que a navegação pelo Oceano Ártico era perigosa e estava condicionada à variação das estações do ano. O alto comando britânico precisava escolher em qual dos fronts concentraria seus esforços. Desta forma, o então Primeiro Lorde do Almirantado, Winston Churchill, surgiu com duas possibilidades: A primeira consistia em atacar pela “rota norte”, buscando o controle do Mar Báltico e restabelecer o contato direto com a capital Petrogrado, ideia que foi prontamente negada. O acesso aos estreitos entre a Dinamarca e a Noruega, por si só, já era uma missão perigosa devido aos campos de minas e o Mar Báltico era uma região coberta pela artilharia costeira alemã, além disso, os reforços para a esquadra alemã poderiam ser facilmente deslocados depois da construção do Canal do Kaiser Wilhelm. A segunda opção era atacar a “rota sul” com a invasão ao Mar de Mármara

através da Península de Galípoli. Os britânicos viram essa operação como uma possibilidade de derrotar o subestimado Império Otomano tomando sua capital, Constantinopla, e cortar as linhas entre a Alemanha e Oriente Médio, sendo assim, com muita relutância, a operação foi aceita. (Figura 5)

Figura 5: Rotas analisadas pela Entente.



Rota visando o ataque ao Mar Báltico (acima) /Rota visando o ataque à Constantinopla (abaixo).
Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de representar um grande avanço em teoria, a Campanha de Galípoli acabou num grande fracasso para o Império Britânico. Primeiramente, o alto-comando britânico subestimou a capacidade de Guerra do Império Otomano e organizou a ofensiva de uma maneira “desleixada”. As tropas foram sendo reunidas lentamente e realocadas do Egito até a Grécia enquanto a esquadra ficava ancorada no Mar Egeu. Além da Força Expedicionária do Mediterrâneo (MEF), a Grã-Bretanha contava com tropas francesas e as Forças Armadas da Austrália e Nova Zelândia (ANZAC). Durante a preparação britânica, as forças defensoras tiveram tempo hábil para reforçar suas defesas com equipamentos navais, de artilharia e oficiais oferecidos pela Alemanha. Durante a operação, as forças terrestres encontraram

enorme dificuldade para avançar na península e a diversos navios foram comprometidos sem conseguir forçar a entrada no estreito. (Anexo C)

As características físicas da Península deram uma enorme vantagem para a defesa, já que o relevo acidentado permitiu a instalação de artilharias pesadas no terreno alto com uma visibilidade melhor do campo de batalha. Apesar da força aliada dispor de mais de 30 embarcações de artilharia pesada, incluindo o moderno super-dreadnought HMS *Queen Elizabeth*, a falta de mapeamento atualizado e aeronaves de reconhecimento, tornou o poder de fogo impreciso e de pouca utilidade. O trabalho dos navios caça-mina era extenso e arriscado, durante o tempo necessário para a remoção das minas, a esquadra ficava vulnerável ao ataque dos submarinos e da artilharia. O desembarque foi feito em praias abertas, tornando as tropas alvos fáceis para as metralhadoras otomanas. O confronto terrestre transformou-se num conflito de trincheiras em que as tropas ficaram presas sem conseguir nenhum avanço e sofrendo milhares de baixas. Após nove meses sujeitos ao forte sol, às chuvas, frio, doenças e sem obter sucesso, as forças aliadas começaram a se retirar. A tragédia da ofensiva causou um descontentamento geral das tropas australianas e neozelandesas com os oficiais do Império Britânico (STEVENSON, 2010).

“Nesta empreitada o IO utilizou da força expedicionária da Austrália e Nova Zelândia, os ANZAC. Como a operação mostrou-se um grande impasse (similar ao fronte oeste), ocorreram milhares de baixas. Essa tragédia despertou um senso de relevância nacional nos australianos, motivado principalmente pela incompetência britânica e pela sensação de superioridade de classe transmitida pelo Império.” (STEVENSON, 2010)

No curso da Guerra, a vitória otomana elevou o moral da sociedade e postergou as lutas pelas reservas de petróleo no Oriente Médio. Sem pleno contato com seus aliados e no ápice das tensões políticas, a Rússia abandonou o conflito depois da Revolução de 1917.

Até 1918, a Grande Armada estabeleceu superioridade de operação diante a Frota de Alto-Mar no Mar do Norte. Nas colônias africanas, houve um conflito de tropas coloniais de ambos os lados. O Oriente Médio e a Península Arábica tornaram-se uma área de extrema importância para a geoestratégia dos Impérios,

uma vez que o acesso às reservas de petróleo e o controle do Canal de Suez. No continente europeu, depois da invasão alemã ao Reino da Bélgica, o ímpeto da sociedade e do alto comando britânico cresceu, assim como o número de voluntários para as forças armadas. Houve um acréscimo significativo no número de tropas enviadas para Força Expedicionária Britânica com destino ao front oeste, porém, assim como as tropas francesas, não conseguiram grandes avanços já que a Guerra encontrava-se no impasse das trincheiras.

- **A República Francesa**

A França foi, sem dúvidas, um dos países europeus que mais sofreu no período anterior e durante a Guerra. Recentemente derrotados na Guerra Franco-Prussiana, os franceses viram a mudança da sua estrutura política do Império para a 3ª República, o fortalecimento dos seus inimigos recém unificados e um duro golpe com a perda da Alsácia-Lorena. A vulnerabilidade do cenário geopolítico francês estimulou um intenso trabalho diplomático nas décadas seguintes que culminaram na criação da Tríplice Entente.

Apesar das diferenças entre as duas nações, o Império Russo, ameaçado pela formação da Tríplice Aliança, tornou-se o principal aliado francês no período anterior à Guerra. O tratado firmado em 1892-1893 (Aliança Franco-Russa) gerou investimento francês para o desenvolvimento logístico russo, ação que ajudou a “dividir” a atenção da Alemanha e melhor a situação estratégica do país. Anos depois, em 1894, a França uniu-se a outro poderoso aliado, o Império Britânico, proporcionando um aumento de influência na África colonial.

“Em 1914, a França era provavelmente a mais vulnerável das grandes potências – exceção feita à Áustria-Hungria –, mas sua parceria cada vez mais intensa com a Grã-Bretanha sob a Entente Cordiale, a rápida recuperação da Rússia após a derrota na Guerra Russo-Japonesa e a reaproximação anglo-russa de 1907 tinham melhorado em muito sua situação estratégica.” (SONDHAUS, 2013)

Nesse período, apesar dos confrontos anteriores, a França tinha o terceiro maior PIB per capita entre as potências da Europa, pouco atrás do maior, a Alemanha. Apesar disso, os franceses ainda contavam com um fator limitante que os impedia de entrar sozinhos num possível conflito, sua população, uma vez que o

país foi um dos primeiros a adotar políticas de controle da natalidade em larga escala. A área total do Império francês abrangia aproximadamente $\frac{1}{3}$ da extensão do Império Britânico porém as áreas ocupadas eram menos populosas, somando apenas 60 milhões de habitantes em 1914 ($\frac{1}{4}$ da quantidade de soldados que a Índia britânica poderia oferecer sozinha).

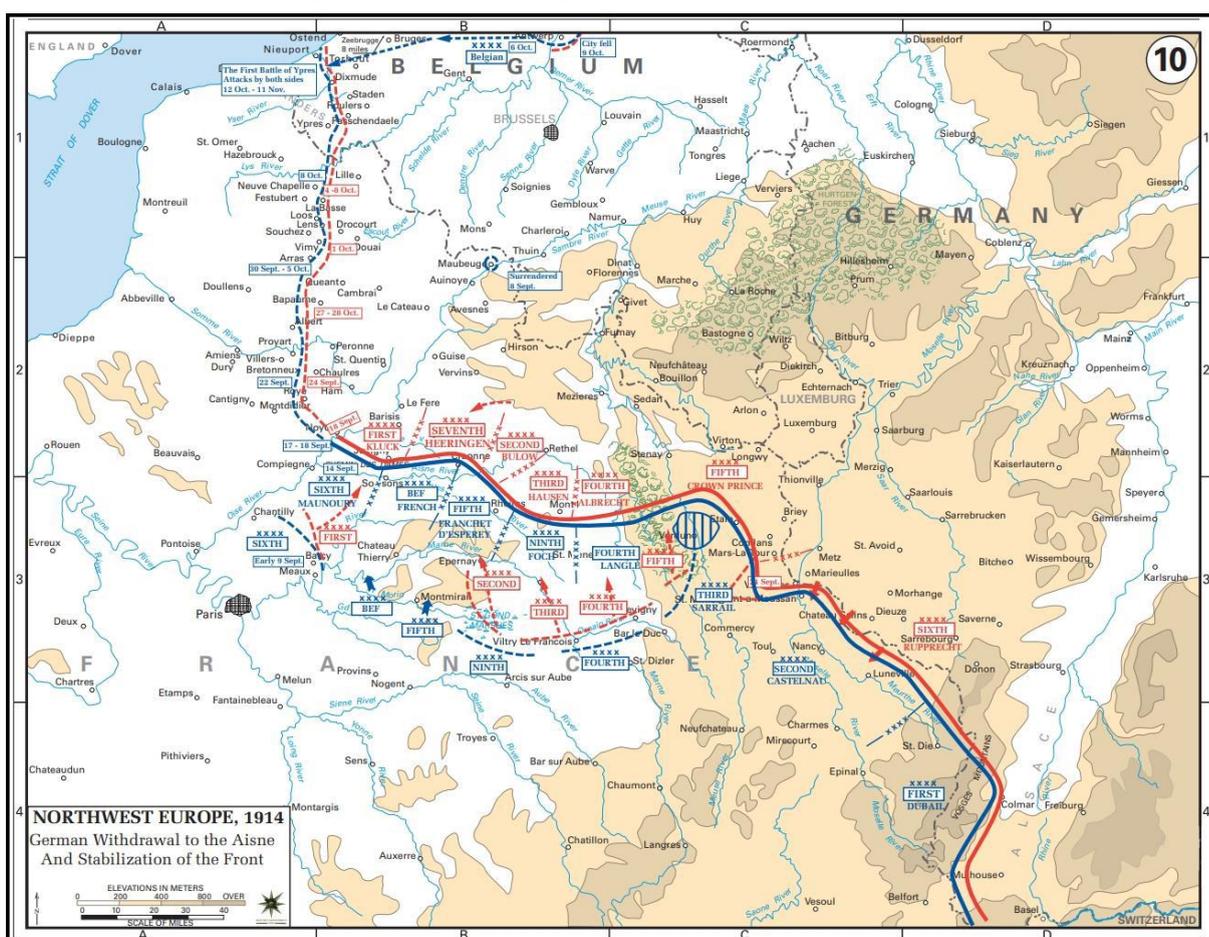
A política francesa no período anterior à Guerra era regida por um clima de rancor em relação à situação da Alsácia-Lorena. Os políticos que se mostrassem aceitos ou indiferentes à anexação das províncias pela Alemanha corriam o risco de perder intenções de voto, movimento que causou uma grande onda conservadora nas eleições legislativas e presidenciais. Os ânimos aumentaram com os conflitos franco-germânicos no Marrocos, causando uma onda de nacionalismo na sociedade francesa. Eleito em 1913, Raymond Poincaré levantou a bandeira anti-germânica na política francesa e assim prosseguiu até a eclosão do conflito. Nesse mesmo ano, a França aumentou os gastos em defesa para 36% do orçamento nacional (16% a mais que a Alemanha no mesmo período) e o contingente para 700 mil soldados.

No início do conflito, os franceses perceberam que só o retorno da Alsácia-Lorena não seria o suficiente, a preservação do Império Russo também era de suma importância para a estratégia do governo francês. Surpreendidos pela invasão ao Reino da Bélgica, as defesas francesas precisaram se reposicionar diversas vezes para cobrir as fronteiras sob ameaça do exército alemão. Entre questões complexas como despreparo em face às novas táticas de artilharia até detalhes simples como a cor azul chamativa dos uniformes, o exército francês sofreu proporcionalmente mais baixas do que qualquer outra potência europeia.

Durante a primeira fase do conflito, chamada de “a Guerra de Movimento”, os exércitos franceses tentaram barrar o avanço sobre a Bélgica, mas falharam. Os canhões da artilharia alemã arrasaram o terreno belga, causando inundações e transformando os campos de batalha em verdadeiros mares de lama, as posições eram instáveis e os equipamentos mal funcionavam devido às condições precárias. Uma vez em território francês, o avanço concentrou-se numa área entre o norte de Vandières até o Rio Lys, na fronteira entre a França e a Bélgica. A parte do front ao

norte do Rio Meuse foi marcada por uma vasta área de planície na qual as tropas alemãs avançaram com suas tropas ao sul, o ataque alemão obteve vantagem do terreno alto nas colinas do Rio Sambre até a Floresta Argonne. Quando os fronts móveis deram lugar para as trincheiras, a linha alemã de ataque já havia chegado ao Caminho das Damas, a poucos quilômetros de Soissons. (FIGURA 6)

Figura 6: Estabilização do fronte Oeste, 1914.



Fonte: USMA/Westpoint

No mar, a esquadra francesa prestava apoio à Grande Armada britânica em suas operações, inclusive participando da Campanha de Galípoli na esperança de reaver as rotas com o Império Russo. No mediterrâneo, França possuía uma ligação direta com as colônias na Tunísia e Marrocos. No mar Adriático, os franceses se uniram aos italianos para imobilizar as ações da esquadra austro-húngara.

No decorrer da Guerra, apesar de todas as dificuldades, o governo francês mostrava-se altamente desinteressado em firmar qualquer acordo de paz. O conflito

consumiu a economia francesa e os gastos nacionais (próprios e empréstimos) podem ter ultrapassado o PIB (STEVENSON, 2010). Durante os anos seguintes, o território francês continuou sob forte bombardeio alemão. Alguns casos, como a Batalha de Verdun (1916), abalaram a sociedade francesa, porém, em geral, a organização defensiva já se encontrava mais estável e preparada para contra atacar. De qualquer forma, o perigo retornaria sobre o front oeste quando a Rússia, depois de um ano de isolamento, decidiu abandonar o conflito no front leste, liberando o esforço de guerra da Alemanha para apenas uma das fronteiras.

4.1. A Ofensiva

O ano de 1918 trouxe um cenário completamente diferente para os blocos beligerantes. A produção industrial de ambos os lados já estava caminhando para um declínio e a economia das nações já estavam sentindo a falta de recursos humanos que estavam sendo transferidos para a Guerra. Houve casos em que, apesar das nações possuírem vantagem tática nos campos de batalha, preferiram evitar o conflito devido à preocupação com seus recursos. A entrada dos Estados Unidos mudava o rumo da Guerra, os reforços marítimos apertavam ainda mais o bloqueio sobre a Alemanha e as tropas terrestres pareciam a grande esperança dos aliados. Durante esse período “latente”, ambos os lados estavam perto da exaustão e os fronts estavam cada vez mais inativos. As nações perceberam que se quisessem ter ganhos antes do término da Guerra, a hora de agir era agora. (STEVENSON, 2010)

A Alemanha entendeu que dentro desse cenário seria impossível firmar acordos de paz, mesmo que estes fossem firmados individualmente. Os britânicos exigiriam a Bélgica, os franceses exigiriam a Alsácia-Lorena e de qualquer forma, os Estados Unidos só negociariam em caso de redemocratização da política alemã. Em todos os casos, ceder significava a derrota moral do exército alemão.

Foi nesse contexto que a balança começou a tender para o lado alemão. Depois de um ano isolada de seus aliados, confrontos políticos internos fizeram com que a Rússia abandonasse o conflito e assinasse o Tratado de Brest-Litovski, que

garantia o cessar fogo dos confrontos no front leste (ANEXO D). Desta forma, restavam ativos apenas os fronts italiano (Sul) e Oeste no continente europeu. Apesar de debilitada, a Áustria-Hungria concordou em assumir a responsabilidade de permanecer ativa contra os ataques italianos, e a saída da Rússia aumentou o comprometimento do alto-comando alemão em planejar uma organizar uma ofensiva definitiva contra os Aliados.

Os principais responsáveis pela ofensiva eram Erich Ludendorff, general e líder do exército alemão, e Paul von Hindenburg, chefe do Estado-Maior da Alemanha, ambos conhecidos por sua habilidade e inteligência no campo de batalha. O ataque proposto seria a maior ofensiva desde 1916 e para que pudesse ocorrer, vários fatores deveriam ser levados em conta, tomando como base o momento em que a Alemanha se encontrava.

“ (...) A Alemanha se preparava para desencadear sua primeira grande ofensiva na frente ocidental desde Verdun, dois anos antes – desta vez, com o objetivo de vencer a guerra, e não apenas de infligir baixas.”
(SONDHAUS, 2013)

O primeiro elemento que foi levado em consideração foi o tempo. O alto-comando acreditava que um planejamento muito demorado poderia acarretar numa diminuição do ímpeto de suas tropas e comprometer a estabilidade política de seus aliados (STEVENSON, 2010), visto que a Áustria-Hungria já estava bastante enfraquecida e o Império Otomano já estava em crise. Além disso, os reforços vindos dos Estados Unidos começaram a desembarcar num ritmo muito maior do que em 1917, e a possibilidade da chegada de reforços para as defesas francesas passou a preocupar o alto-comando.

O segundo fator era a disponibilidade de recursos. A economia alemã estava debilitada e continuava a se deteriorar rapidamente. Como parte dos preparativos, Hindenburg arquitetou um plano de produção e estocagem de material. Grande parte dos trabalhadores de indústria que antes estavam focados na construção de maquinaria e U-boats foram realocados. Como parte da estratégia de ataque, os alemães aumentaram a produção de aeronaves, que agora passaram a exercer a função tanto de ataque quanto de reconhecimento. Por outro lado, os canhões da

artilharia e os veículos pesados tinham um sistema arcaico de locomoção, limitando sua mobilidade (STEVENSON, 2010).

Com o fronts do Leste inativos, o alto-comando pode realocar 33 divisões⁷ da linha de defesa contra a Rússia para a França, bem como tropas que atuavam na Itália e na Macedônia (e alguns soldados da Áustria-Hungria). Desta forma, assumiram pela primeira vez a superioridade numérica na infantaria desde 1914, ainda assim, os aliados ainda continuavam em vantagem nos números de artilharia, cavalaria e na Força Aérea (TABELA 2).

Tabela 2: Disponibilidade de recursos militares no front Oeste em 1918.

	Forças alemãs	Forças Aliadas
Divisões de Infantaria	192	165
Canhões de Artilharia	14.000	18.500
Aeronaves	3.700	4.000
Tanques	10 (protótipos)	800

Fonte: *A Primeira Guerra Mundial: História Completa*. SONDHAUS, 2013

Apesar de ter sido um dos principais responsáveis pela adoção da campanha irrestrita dos U-Boots, Ludendorff era cético em relação à utilização de tanques e carros pesados na linha de frente, defendendo abertamente sua preferência pelo confronto de infantaria. Entretanto, no cenário em que a Ofensiva estava tomando forma, as defesas haviam se aperfeiçoado consideravelmente desde os ataques anteriores e o número de tropas inimigas era considerável. A efetividade do ataque exigiria uma concepção bastante sofisticada.

“Os números ilustram, contudo, como as esperanças de avanço da OHL dependiam da superioridade qualitativa de seus exércitos da Frente Ocidental existentes, e não do reforço quantitativo.” (STEVENSON, 2010)

Desta forma, a necessidade de explorar da melhor forma possível seu contingente levou o alto-comando ao terceiro elemento do planejamento, a tática de ataque. Somando mais mortes durante a Guerra do que qualquer outro campo dos exércitos, a Artilharia continuava a ser a força motora dos ataques e das defesas.

⁷ Ver “Anexo F”.

Mesmo com o fim da Guerra de Movimento, as nações que lançaram ofensivas sobre as trincheiras inimigas recorriam primordialmente à força dos canhões. Porém, durante o planejamento do ataque, Ludendorff e Hindenburg estudaram as táticas alemãs usadas nos anos anteriores, mas nenhuma era de total agrado. Stevenson (2010) diz que a revolução tática surgiu após o estudo das linhas separadas de avanços da artilharia e infantaria”.

A resposta para o questionamento alemão surgiu, num primeiro momento, através do modelo implementado pelo tenente-coronel Georg Bruchmüller durante a Batalha do Lago Naroch, na frente Oriental (1916-17). Seu modelo demandava visibilidade e conhecimento detalhado do espaço, obtidos através do reconhecimento e/ou fotografia aérea, bem como outros métodos de sensoriamento que poderiam ser utilizados. Tal necessidade era justificada pelo fato de que, nesse modelo, a Artilharia não precisava efetuar os tradicionais “tiros de registro⁸”, começando a coordenar seus ataques através de coordenadas plotadas nos mapas de alta precisão. Os disparos seriam feitos buscando neutralizar as linhas inimigas e impossibilitar o movimento das tropas de reserva na retaguarda até o avanço da infantaria e bombas de gás seriam lançadas nas baterias e postos de comando impedindo seu funcionamento (STEVENSON, 2010). A utilização dessa tática iria economizar munição de alta potência e comprometeria menos o terreno, permitindo o avanço mais fluido do maquinário pesado.

Ainda que o método de Bruchmüller em si não fosse totalmente revolucionário, sua conjunção com as táticas de infantaria mostravam-se incrivelmente eficientes. Ludendorff esforçou-se para aperfeiçoar essa ideia com base nos sucessos alemães dos anos anteriores, onde foram feitos os primeiros testes utilizando as “*Sturmtruppen*” (tropas de choque). O princípio consistia na utilização de esquadrões especialmente treinados em combate de trincheira, podendo portar não só rifles, mas também metralhadoras, lança-chamas e morteiros. Os líderes dos esquadrões eram informados sobre os objetivos gerais mas ainda era deixado certo nível de escolha sobre como eles iriam alcançá-los. Em geral, sua

⁸ Técnica utilizada pelas Artilharias. Consiste em utilizar disparos para registrar informações como distância, elevação, angulação, influência de elementos naturais, etc., antes do início do ataque.

função era adentrar o mais profundo possível no território inimigo e deixar para trás o terreno a ser ocupado.

Apesar dos russos, austro-húngaros e até mesmo os alemães terem usado táticas de infiltração anteriormente, o modelo aperfeiçoado de Ludendorff foi considerado revolucionário (ARARIPE, 2006). Depois de “filtrar” o conhecimento adquirido em batalhas anteriores, o grande desafio foi aplicar essas novas diretrizes numa escala muito maior. As táticas e os recursos utilizados nos confrontos ocorridos dentro de alguns quilômetros deveriam ser adaptadas para uma ofensiva que iria cobrir boa parte de todo um front. A fim de atualizar o exército em relação às novas orientações, o alto-comando investiu na divulgação do trabalho de Ludendorff através de um manual de campo, destinado aos oficiais, chamado de “Ataque em Combate” (STEVENSON, 2010).

“Ele (o manual) propunha corroer as defesas aliadas e recuperar o poder de manobra, mantendo o inimigo desequilibrado, pressionando o ataque continuamente e reforçando o sucesso. A artilharia deveria atacar de surpresa, para neutralizar e impedir os ataques, além de lançar uma barreira rastejante, mas a infantaria deveria definir a velocidade do avanço, com as unidades principais forçando o avanço sempre, independentemente das baixas.” (STEVENSON, 2010)

Apesar do entusiasmo alemão, a criação das divisões de tropas de choque exigiu uma remodelagem do exército, e isso demandou mais tempo e recursos. A idade era um fator limitante, o ritmo de avanço proposto era intenso demais para as tropas comuns. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ da infantaria alemã foi convertida em tropas de choque, 55 divisões foram retiradas do front para adestramento sobre as novas táticas. Esse treinamento consistia num aprimoramento físico e militar, onde os soldados seriam re-adequados para cobrir uma área maior do espaço. Formadas por homens de 25 a 35 anos, essas divisões passaram a ser vistas como prioridade para o alto-comando, recebendo equipamentos e treinamentos melhores e prioridade no acesso às provisões, apesar da diminuição da ração diária do exército causada pela escassez de alimentos na Alemanha (SONDHAUS, 2013.)

A construção da estratégia de ataque da Alemanha seguiu as bases vindas das novas diretrizes do alto-comando. Para comandar os exércitos, Ludendorff

escolheu os comandantes responsáveis pelas vitórias em Cambrai, Riga e Caporetto (todas em 1917), incluindo o próprio Bruchmüller, que fora assinalado para comandar a Artilharia do 18º Exército. A Ofensiva da Primavera seria o maior esforço de guerra na frente ocidental desde 1914 e o alto-comando estava confiante tanto em sua preparação quanto no seu sucesso, mesmo assim, os alemães admitiram que sua execução seria difícil. Ludendorff, acreditava que ao invés de um impulso único até o objetivo, a Alemanha deveria efetuar um grande ataque seguido de ofensivas menores. Num primeiro momento, o próprio Ludendorff afirmou que o objetivo da operação era forçar Lloyd George (então Primeiro Ministro da Grã Bretanha) e Georges Clemenceau (Primeiro Ministro e Ministro da Guerra francês) a negociarem antes da chegada dos reforços estadunidenses.

O alto-comando ordenou estudos para possíveis pontos de ataque numa faixa entre desde Flandres até Champagne. As opções encontradas foram Hazebrouck, Ypres e Arras na parte Norte do front, St. Quentin e Verdun na parte centro-sul, e a região dos Vosges, na parte sul. Após uma reunião do alto-comando, os alemães chegaram à conclusão que os pontos ao norte, apesar de próximos ao Canal da Mancha, seriam impróprios para o primeiro avanço. Palco da horripilante Batalha de Passchendaele (1917), Ypres dispunha de um grande problema para a tática alemã, a umidade do solo (Figura 7), o avanço sobre essa área comprometeria a mobilidade da artilharia pesada e das tropas de choque. Arras, por outro lado, apresentava defesas muito mais densas. O mesmo se aplica a Verdun, que já havia sido alvo de avanços alemães nos anos anteriores. Já ao sul, o terreno montanhoso dos Vosges também não agradou as expectativas alemães. (STEVENSON, 2010)

Figura 7: Condições do terreno durante a Batalha de Passchendaele (1917)



Foto de Frank Hurley

Por fim, Ludendorff e o alto-comando decidiram realizar o primeiro ataque - Operação “*Michael*” - através da “terra de ninguém”⁹ nos arredores de Saint Quentin. Um ataque nessa área e nas linhas entre Cambrai e La Fère não era decisivo para a obtenção dos objetivos, mas poderia romper e isolar as defesas aliadas do norte ao sul.

“As Potências Centrais aproveitaram a oportunidade, já que seus inimigos fraquejaram. No verão de 1917, três anos de massacres tinham levado a Rússia à revolução, e a França, aos motins.” (STEVENSON, 2010)

Os alemães consideravam que as forças defensoras estavam desmotivadas e desorganizadas nessa área, com certo nível razão, uma vez que Entente havia sofrido duros golpes nos últimos meses. A Rússia estava fora da Guerra, a Itália ainda enfrentava a Áustria-Hungria, os Estados Unidos enviaram reforços, mas esses chegavam lentamente. Segundo Sondhaus (2013), não se sabia se a Grã-Bretanha poderia lutar melhor do que fizera (na difícil e custosa vitória) em Passchendaele ou se a França sequer tinha condições de lutar.

A postura da defesa britânica foi marcada tanto por preocupação quanto subestimação. Sua economia começava a sofrer com a falta de mão-de-obra e

⁹ Termo originado da expressão da língua inglesa “*No man’s land*”. Significava uma porção do espaço que estava desocupada por ambos os lados, possivelmente arrasada, e que estava sob disputa.

perder mais homens não era uma opção e sendo assim, foi criado um comitê para avaliar a disponibilidade de recursos humanos. A ideia é que os britânicos conseguissem ter resistência o suficiente para lutar até 1919 caso fosse necessário, mas era evidente a espera pelos reforços vindos dos Estados Unidos (STEVENSON, 2010). De qualquer forma, o alto-comando britânico acabou por cometer o mesmo erro que os alemães no ano anterior (em relação à atuação dos submarinos contra os navios estadunidenses), subestimar a competência e o tamanho do inimigo. Temendo o “desperdício” de tropas e confiando excessivamente em relatórios de campo, o marechal de campo Douglas Haig dispensou milhares de soldados antes do ataque. O exército dos Estados Unidos oferecia tropas frescas, bem treinadas e com um apoio logístico muito superior ao de qualquer força europeia, porém, ainda estavam em um número menor que o esperado e seus oficiais ainda debatiam sobre o nível de autonomia que teriam na tomada de decisões (ARARIPE, 2006).

4.2. O progresso

Em meio à calmaria de inverno no fronte oeste, Ludendorff havia iniciado os preparativos para o ataque, posicionando suas tropas contra um setor de 133 Km entre Arras e o Rio Oise. As forças alemãs contavam com 76 divisões (aproximadamente 700 mil soldados) do 17º, 18º e 2º Exércitos, apoiados com mais de 6.500 canhões e morteiros, e 1.100 aeronaves (SONDHAUS, 2013). O primeiro ataque, batizado de Operação “*Michael*”, teve início às quatro da manhã de 21 de Março de 1918, no início da Primavera do hemisfério Norte.

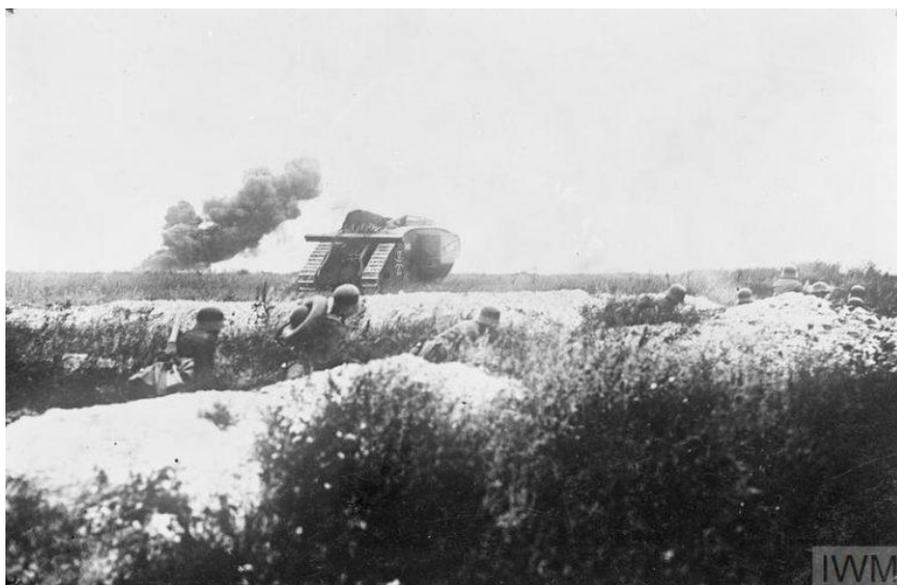
Como a tática alemã dispensava os tiros de registro¹⁰, as 29 divisões defensoras do 3º e 5º Exércitos foram pegas de surpresa. Nas cinco primeiras horas do ataque, mais de 3,5 milhões de disparos foram efetuados contra as linhas inimigas. O ataque foi tão poderoso que registros dizem que as explosões puderam ser claramente ouvidas em Londres, a mais de 300 quilômetros do front.

¹⁰ Os tiros de registros (conhecidos também como “tiros de regulação”) eram disparos efetuados anteriormente ao ataque com o objetivo de regular a mira dos canhões e as peças da artilharia.

“Segundo um operador de metralhadora britânico, era como se as vísceras da terra tivessem sido arrancadas, como se por trás da serra, houvesse um clarão longo, contínuo e amarelo. Foi o inesperado da coisa que mais me surpreendeu, sem nenhum bombardeio preliminar, mas apenas um vasto e momentâneo relampeio”. (STEVENSON, 2010)

Por si só, o início do ataque já havia causado um severo impacto moral sobre os soldados defensores, e por uma estratégia falha dos britânicos, que posicionaram mais tropas nas linhas avançadas, atingiu muito mais homens do que deveria. Num primeiro momento, a Artilharia alemã concentrou os disparos nos canhões, postos de comando e posições inimigas, em seguida, iniciou-se a barragem de rolamento e o avanço das tropas de choque sobre as trincheiras. As condições meteorológicas eram complicadas na manhã do dia 21, um denso nevoeiro cobria o campo de batalha e prejudicava a visibilidade das tropas. Os alemães usaram esse revés como uma vantagem, as tropas de infiltração puderam avançar sem serem vistas pelas metralhadoras inimigas e a artilharia britânica ficou cega perante a neblina, impedida de contra-atacar e deixando a linha de frente sem cobertura. Por outro lado, atendendo ao modelo de Bruchmüller, os alemães dispunham de fotografias aéreas e um material cartográfico atualizado, podendo coordenar os disparos e continuar com a fluidez do ataque.

Figura 8: Tanque Mark IV capturado acompanhado de tropas de choque durante a Ofensiva em 1918.



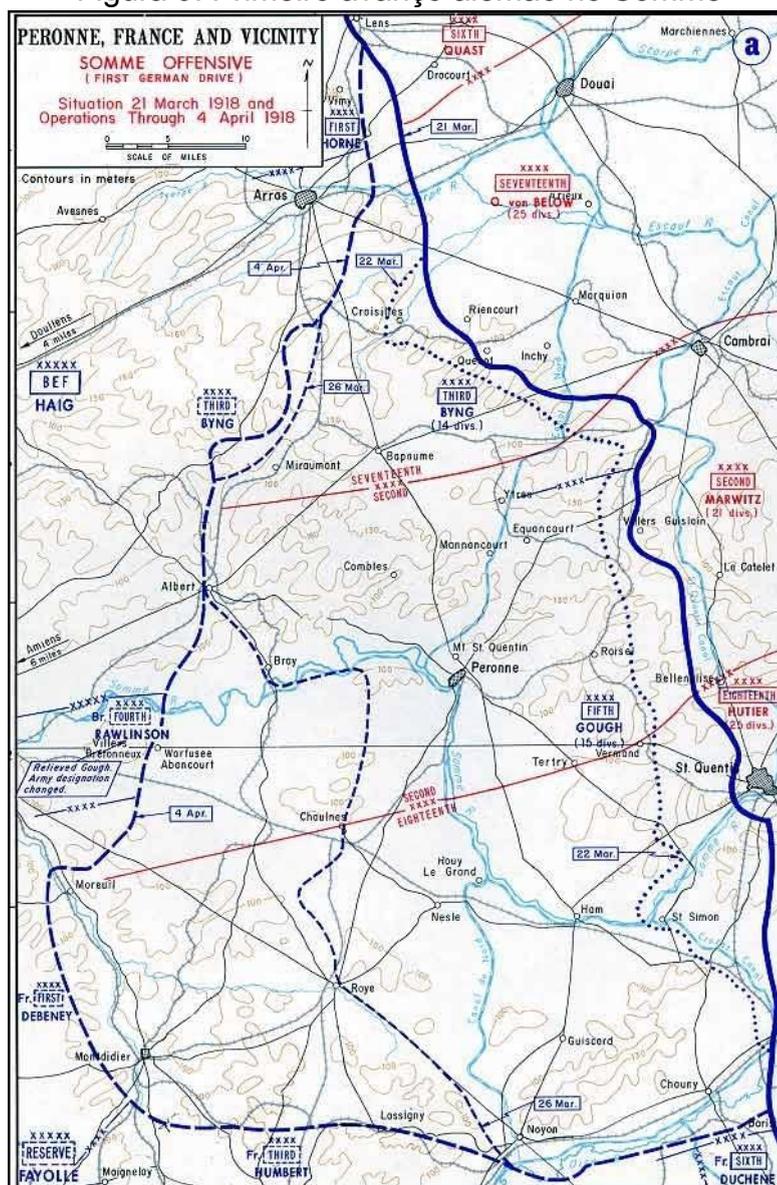
Fonte: *Imperial War Museum*

Apesar das condições extremas adotadas pelas táticas de infiltração e da fome que já pairava sobre o exército alemão, as tropas acreditavam na vitória e na possibilidade de obter recursos inimigos. Desta forma, o avanço da Infantaria superou rapidamente as primeiras trincheiras e, no final do primeiro dia, haviam percorrido 13 km e conquistado 157 km² de território inimigo. Apesar de ficarem bem distantes do objetivo (de Ludendorff) de “vencer no primeiro dia”, os alemães conseguiram desestabilizar as tropas Aliadas e forçar uma retirada geral em direção ao Rio Somme. O ataque provocou uma enorme tensão no comando britânico, o número altíssimo de baixas e a expectativa por novos ataques fez com que Haig recorresse ao alto-comando por reforços.

“No dia seguinte, ele (Haig) disse ao sucessor de Robertson, o general sir Henry Wilson, que a vitória ou a derrota – não apenas naquela batalha, mas em toda a guerra – dependia de quanta ajuda os franceses lhe pudessem enviar.” (SONDHAUS, 2013)

Dias depois, o 3º Exército britânico, já assentado e melhor preparado, conseguiu impedir o avanço do 17º e 2º Exércitos, mesmo assim, os alemães já haviam aproveitado as condições meteorológicas incomuns para avançar mais 60Km de terreno seco até o dia 23. Os aliados viviam uma situação de extrema ansiedade em que os comandantes de ambos os exércitos temiam que as nações se separassem. Na tentativa de organizar seus esforços, os líderes militares e políticos dos Aliados reuniram-se no dia 26 de março e, nessa conferência, o francês Ferdinand Foch foi nomeado comandante supremo para articular as operações dos exércitos. O general entendia a situação desafiadora em que se encontrava, para ele, o momento era semelhante ao caos vivido em 1914 durante a guerra de movimento no Marne, e se necessário, era preciso “cavar e morrer” em suas posições.

Figura 9: Primeiro avanço alemão no Somme



Fonte: USMA/Westpoint

Sob essas ordens, Haig continuou pessimista em relação à capacidade de manter as linhas de frente, uma preocupação justificável, já que a BEF não havia perdido tantos homens em tão pouco tempo durante a Guerra. Os franceses, por outro lado, comandados pelo general Philippe Pétain, mantiveram um ímpeto melhor e “sentiram uma satisfação sombria em seu papel na estabilização da frente” (SONDHAUS, 2013). Apesar do envio de reforços de um exército para o outro, a tensão sobre a separação ainda era presente. Pétain afirmou que seu objetivo era

manter o exército francês intacto e disse a Haig que suas instruções eram manter cobrir Paris a qualquer custo, mesmo que isso significasse deixar a BEF exposta.

A essa altura, as tensões internas fizeram com que os Aliados não percebessem um fato importante. A ofensiva começava a se desgastar e o comando alemão encontrava dificuldades de prosseguir. Depois do primeiro dia, os alemães haviam deixado de realizar a infiltração e voltaram à tática de curto alcance, com objetivos específicos e custosos. A intenção do alto-comando alemão era romper as linhas aliadas avançando para noroeste entre Cambrai e St. Quentin, porém, os avanços de maior sucesso ocorreram ao sul. No dia 23, tentando aplicar um golpe que dividiria os exércitos, empurrando os britânicos para o mar, Ludendorff deu ordens para um ataque em três pontos distintos. Dois dias depois, enfraqueceu seu próprio plano quando decidiu fragmentar suas forças e ordenar um ataque sobre as fortes posições britânicas em Arras. O ataque ocorreu apenas no dia 28 e foi detido em apenas algumas horas. A única possibilidade de ataque significativo que ainda parecia estar ao alcance alemão era o avanço do 18º Exército em direção à cidade de Amiens, importante ponto de encontro ferroviário (no qual as tropas americanas poderiam desembarcar). O objetivo seria tentar conquistar a cidade ou pelo menos o terreno alto nos arredores, de onde a artilharia poderia ser usada.

As dificuldades do avanço alemão cresciam cada vez mais. A dissipação da neblina ajudou consideravelmente o esforço defensivo dos Aliados. Com a visibilidade melhorada, os soldados puderam utilizar suas metralhadoras para guardar suas posições e a RFC¹¹, por sua vez, pode finalmente bombardear e fazer reconhecimento das tropas que avançavam. O avanço acelerado dos soldados de choque alemães fizeram com que eles se separassem de sua própria artilharia, deixando-os vulneráveis a contra-ataques. O avanço sobre a terra arrasada pela Primeira Batalha do Somme (1916) dificultou a acessibilidade alemã, sem estradas e ferrovias, os equipamentos e recursos não conseguiam chegar à linha de frente. Assim como em 1914, o ataque de Ludendorff foi em parte derrotado pela

¹¹ A *Royal Flying Corps* foi a Força Aérea britânica no período entre 1912 e 1º de abril de 1918. Da fusão entre a RFC e a *Royal Navy Air Service* (RNAS), surgiu a RAF.

dificuldade de alimentar e fornecer suprimentos a seus homens depois que esses avançavam mais de 40 km para além dos seus terminais ferroviários.

No dia 5 de abril, os alemães ao sul conseguiram avançar mais 15-24 km, chegando a Montdidier e Noyon, aproximadamente 100 km de Paris. Mesmo assim, ao norte, os exércitos haviam fracassado em mais duas tentativas de atacar as defesas aliadas (FIGURA 10). Para evitar mais confrontos de atrito, Ludendorff cancelou a Operação “*Michael*”, sofrendo um total de 239 mil baixas e causando 248 mil mortes na defesa, além de capturar 90 mil prisioneiros aliados e 1.300 canhões aliados. No fim, a ofensiva teve um grande avanço mas sem nenhum resultado estratégico e, acima de tudo, enfraqueceu os alemães para os demais ataques posteriores. (STEVENSON, 2010).

Figura 10: Comboio do Exército britânico recuando após os ataques iniciais.

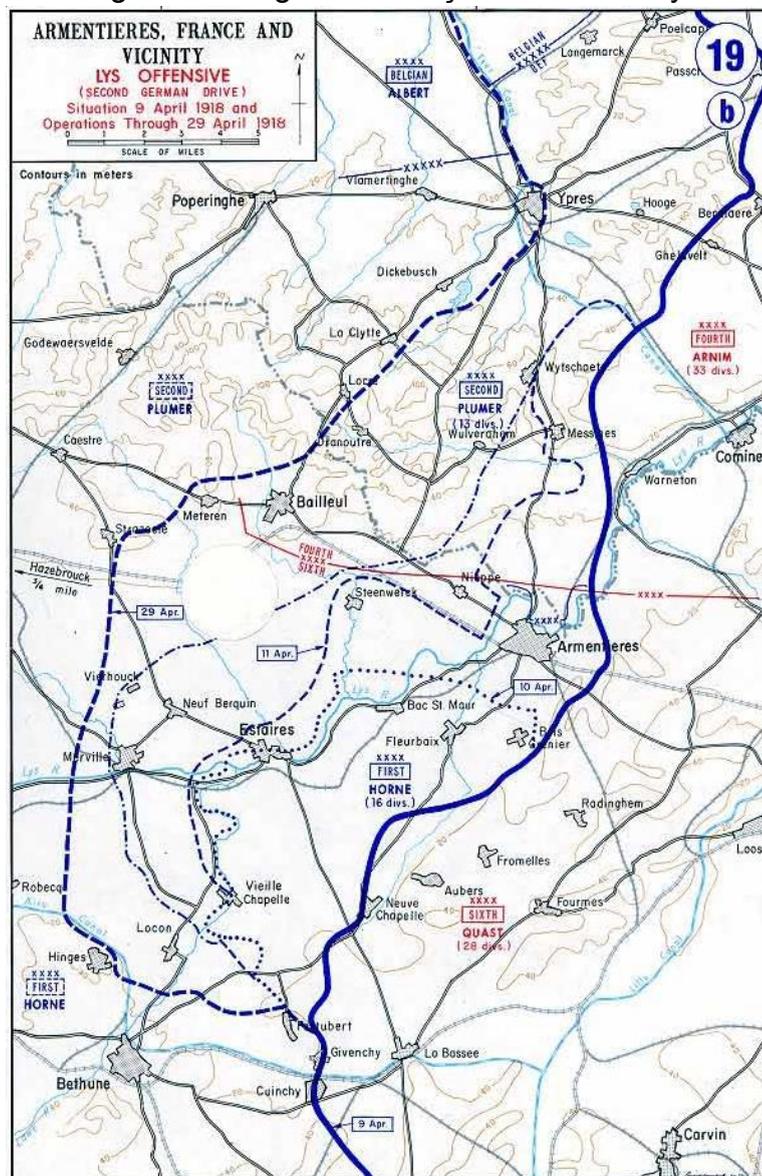


Fonte: *War History Online*

Em geral, a defesa aliada teve pouco tempo para contemplar seu êxito, menos de uma semana após o fim do primeiro ataque, o alto-comando alemão abriu a segunda fase da ofensiva. A Operação, batizada de “*Georgette*”, foi lançada no dia 7 de abril, dando início à Quarta Batalha de Lys. O plano consistia num avanço sobre a linha entre Diksmuide e La Bassée, aproximadamente 20 quilômetros ao norte da “linha de partida” da Operação “*Michael*”. Flandres ainda era essencial para os planos alemães. Hindenburg acreditava que se conseguissem tomar a costa do

Canal, poderiam usar canhões de longo alcance para atingir a costa inglesa (e até Londres).

Figura 11: Segundo avanço alemão em Lys



Fonte: USMA/Wespoint

Durante a preparação para o ataque, os alemães demonstraram uma formidável capacidade logística, movimentando uma quantidade considerável de tropas num curto espaço de tempo (vale lembrar que após o assentamento das tropas no novo território, a acessibilidade alemã foi sendo lentamente restabelecida). Devido ao custo do primeiro ataque, a operação foi menor do que planejada. A força invasora contava com 61 divisões do 4º e 6º Exércitos, reforçados por 11 divisões

que haviam atuado no ataque anterior, além de 2.208 canhões e 492 aeronaves (STEVENSON, 2010). Já as forças defensoras contavam com apenas 29 divisões do 1º e 2º Exércitos, compostos por tropas britânicas e duas divisões portuguesas. (SONDHAUS, 2013)

O sucesso do primeiro avanço da *Georgette* deu-se principalmente pelo fato de que a estratégia e as táticas defensivas continuaram ineficientes. Num esforço para frear a Operação “*Michael*”, os aliados haviam transferido grande parte de suas melhores tropas para o sul, deixando o setor ao norte guarnecido com poucas divisões e extremamente vulnerável. A comunicabilidade era precária entre o comando e as divisões na linha de frente, não era claro se as tropas recebiam as ordens e, quando recebiam, não havia certeza se elas as obedeceriam. Apesar do comprometimento em defender sua posição, o bombardeio e as tropas alemãs quase aniquilaram as divisões portuguesas, avançando rapidamente sobre o Rio Lys e, em cinco dias, avançaram mais 20 quilômetros, tomando Armentières e Merville.

Os alemães continuaram o ataque avançando sobre uma linha de 50 quilômetros, forçando os britânicos a recuarem para a área correspondente à entrada de Ypres. No dia 18, reforços aliados vindos do sul começaram a desembarcar e, desta vez, melhor assentada e preparada, a defesa conseguiu barrar o avanço alemão. Mesmo com o surgimento desse novo impasse, o alto-comando manteve as atividades. Ao norte da linha de avanço, os alemães tentaram aproveitar as defesas mais fracas para prosseguir em direção aos portos do Canal da Mancha, buscando encurralar as tropas britânicas. Para isso, Ludendorff iniciou novos ataques para noroeste. (FIGURA 10)

A essa altura, o ataque alemão voltou a encontrar dificuldades. À medida que os exércitos retomavam as colinas de Passchendaele e cruzavam a área devastada de Ypres, o ritmo começou a diminuir. Ludendorff imaginava que o clima da Primavera faria com que o solo encharcado da área dos Flandres secasse rapidamente, o que não aconteceu. A infantaria tinha problemas para avançar sobre o terreno úmido e enlameado, principalmente pelo fato de que vários avanços ocorreram à luz do dia e o campo de batalha estava coberto por metralhadoras

inimigas. A artilharia, por sua vez, mal conseguia avançar, os pesados canhões constantemente sofriam com atolamentos e defeitos nas rodas/esteiras causados pela lama. Além disso, os comandantes alemães começaram a perder o controle sobre suas tropas. Os ataques ordenados pelos seus subordinados eram cada vez mais dispendiosos e os soldados, por diversas vezes, recusaram-se avançar, motivados principalmente pela irritação causada pela falta de alimentos e materiais .

Thaer (...) acreditava que a infantaria estivesse “mais ou menos devastada”: os melhores oficiais e homens haviam sido perdidos na Operação “*Michael*”, e os sobreviventes estavam mortificados por ela não ter dado um fim à guerra.” (STEVENSON, 2010)

Mantendo sua preocupação (e pessimismo), Haig solicitou reforços mais para conter os avanços ao norte. Temendo que a operação tenha sido um tipo de distração para ataques maiores, Foch ficou relutante sobre o envio de uma grande quantidade de homens, mesmo assim, 12 divisões foram disponibilizadas. Apesar das queixas britânicas sobre a qualidade das tropas, estas foram fundamentais para repelir os últimos avanços alemães. Apesar dos ganhos, as tropas alemãs mais uma vez não conseguiram romper as linhas inimigas, sendo assim, no dia 29 de abril, Ludendorff cancelou a Operação *Georgette* sem atingir seus objetivos. O ataque havia estagnado a 8 km dos importantes terminais ferroviários de Hazebrouck e também não conseguiu capturar área que poderia permiti-los bombardear Calais (FIGURA 10). Contudo, os alemães conseguiram se aproximar de Amiens através de um ataque à Villers-Bretonneux, o que deixou a área atrás das linhas britânicas vulnerável. Por fim, a Ofensiva causou 146 mil baixas aliadas e 109 mil baixas alemãs.

Os ataques alemães voltariam a acontecer apenas um mês depois. A pausa entre as ofensivas dava um recado claro sobre a frustração dos alemães perante seu esforço de guerra e ao planejamento estratégico de Hindenburg. Mesmo com o fracasso em Lys, Ludendorff se recusava a descansar ou retreinar suas tropas, ao invés disso, a infantaria recebeu mais armas e equipamentos anti-tanque - munição não era um problema para o comando alemão.

No dia 27 de maio, começava a operação que deu origem à Terceira Batalha do Aisne, batizada de “*Blücher-Yorck*”. Ludendorff concentrou 28 divisões do 7º para atacar o setor do *Chemin des Dames*¹², onde estavam localizadas 11 divisões francesas e 3 britânicas. Sabendo da possibilidade do ataque, Pétain ordenou o comandante do 6º Exército, general Denis Duchêne, a organizar suas tropas de acordo com a tática da “defesa em profundidade” (que consistia basicamente em distribuir a força defensiva numa área maior, “amortecendo” o avanço inimigo), porém, suas ordens foram ignoradas. Cético com o ataque, Duchêne posicionou seus soldados ao longo das colinas ao norte do rio Aisne, decisão que lhe custaria caro, já que, assim como na Ofensiva “*Michael*”, o ataque foi iniciado com uma intensa barragem arquetada por Brüchmuller. Mais de 2 milhões de projéteis caíram sobre as linhas aliadas em menos de quatro horas e, mais uma vez, a neblina ajudou a acobertar o avanço da infantaria. (STEVENSON, 2010) No primeiro dia, os alemães haviam conseguido percorrer 20 km ao longo de uma frente de 40 km de largura.

Após surpreenderem tropas da linha de frente, as divisões prosseguiram pelas áreas pantanosas até chegar ao Aisne. A largura do tornou-se um empecilho para o avanço e as tropas precisam capturar pontes que ainda estivessem em bom estado para avançar. Ao chegar aos campos abertos, as divisões marchavam sobre tropas britânicas que pouco poderiam fazer para freá-las, uma vez que a maior parte de seu equipamento tinha sido destruído no primeiro dia. Ludendorff aproveitou essa oportunidade de avanço e reforçou o ataque com o 1º e 3º Exércitos e, no dia 29 de maio, os alemães tomaram Soisson, chegando no Marne um dia seguinte. No início de junho, as tropas estabeleceram sua posição em Château-Thierry, aproximadamente 90 km de Paris, e romperam as ligação ferroviária entre a capital e Nancy, ao sul. (SONDHAUS,2013)

O clima entre os Aliados era de apreensão. O gabinete britânico chegou a discutir planos de evacuação para a BEF e, no mesmo período, mais de um milhão de pessoas começavam a sair da capital, que estava ficando cada vez mais

¹² “Caminho das Damas”. Área ao norte do rio Aisne, entre Soissons e Reims.

vulnerável. Paris era um alvo tradicional da Força Aérea alemã, já tendo sofrido ataques tanto de bombardeiros quanto de Zeppelins, e por isso, já possuía defesas antiaéreas, porém, com o avanço alemão, a cidade temia ter de voltar a enfrentar outra grande ameaça, a “Arma do Kaiser Wilhelm” (ou Canhão de Paris) (ANEXO E). A arma alemã consistia numa artilharia de grande calibre¹³ com a capacidade de atingir Paris numa distância de até 130 km, tão distante que os artilheiros precisavam considerar a rotação do planeta para calibrar os tiros. Os projéteis vindos da estratosfera atingiam a cidade sem nenhuma indicação ou aviso prévio, o que tornava o medo da população ainda maior.

Da mesma forma que ocorreu em “*Michael*”, a tensão do fracasso não era exclusiva dos aliados. Tanto Hindenburg quanto Ludendorff perceberam que haviam permitido um avanço longo demais, os soldados haviam sido enviados para uma área com pouca acessibilidade para a logística alemã, impossibilitando que os suprimentos acompanhassem as tropas, além da vulnerabilidade das linhas que estavam cercadas por ambos os lados. Em função das falhas na defesa, Pétain demitiu Duchêne e, apesar de designar um substituto, o controle sobre as tropas francesas passou para Foch, cuja responsabilidade foi redefinida de “coordenação” para “direção estratégica” das tropas. Mesmo tendo aceitado Foch como comandante supremo nos meses anteriores, foi apenas em maio que as tropas americanas começaram a participar mais ativamente do conflito. O comandante da AEF, o histórico general estadunidense John Pershing, concordou em designar tropas estadunidenses para atuar juntamente aos demais exércitos aliados como medida emergencial. (SONDHAUS, 2013)

A Força Expedicionária entrou em ação a Oeste de Château-Thierry como resposta à Ofensiva “*Blücher-Yorck*”, iniciando a Batalha do Bosque Belleau que continuou mesmo com o setor já estabilizado. A batalha envolveu duas divisões estadunidenses, um corpo britânico e soldados do 6º Exército francês confrontando cinco divisões alemãs. As forças aliadas conseguiram parar o ataque alemão e imediatamente contra-atacaram, recuperando a área da floresta - apesar de

¹³ Calibre entre 238mm e 281mm com capacidade de alcance de aproximadamente 130 km (80 milhas)

praticamente destruí-la no processo (FIGURA 11). Cada lado sofreu aproximadamente 10 mil baixas e, ao fim da Ofensiva, os aliados haviam sofrido 127 mil baixas (98 mil franceses e 29 mil britânicos), já os alemães, cerca de 130 mil.

Figura 11: Bosque Belleau após a Batalha (1918).



Fonte: *US World War I Centennial Commission*.

Com o conflito ainda ativo no bosque de Belleau, o comando alemão decidiu lançar a quarta fase da Ofensiva no dia 15 de julho. A Operação, de codinome “*Gneisenau*”, buscou seguir a frente conquistada pelas Operações “*Michael*” e “*Blücker-Yorck*”, avançando para o Sul no setor entre Montdidier e Noyon. O plano alemão era cercar as tropas francesas localizadas entre o Rio Oise e o Rio Aisne, com o exército partindo de dois pontos distintos e se unindo em Compiègne. O início da batalha ocorreu com tanta rapidez em relação às operações anteriores que, durante a preparação, as tropas tiveram que marchar durante o dia, facilitando o reconhecimento pelos aviadores franceses. Ao perceberem a movimentação alemã, os aliados deixaram os setores em “estágio de atenção”. Poucos dias depois, a Inteligência francesa conseguiu interceptar e decifrar mensagens alemães solicitando o envio de munição para o 18º Exército, permitindo que os aliados iniciassem a preparação das defesas.

Apesar do ataque ter sido iniciado mais uma vez com uma barragem Bruchmüller em meio à neblina, o avanço alemão foi consideravelmente mais fraco. As tropas invasoras eram inferiores tanto em quantidade, quanto em qualidade, compostas de apenas nove divisões de assalto. Por outro lado, os Aliados contavam com 19 divisões (sete na linha de frente, cinco na segunda linha e outras sete à disposição) que finalmente haviam sido organizadas com a tática de profundidade. Ambos os ataques alemães só conseguiram avançar por 10 km e, aproveitando a fraqueza do exército inimigo, Foch deu ordens para um contra-ataque imediato. No dia 11 de julho, tropas francesas e estadunidenses conseguiram neutralizar e reverter a maré para o lado dos Aliados. Novamente sem obter avanços significativos, os alemães sofreram 30 mil baixas e infligiram 35 mil nas forças defensoras (SONDHAUS, 2013). Surpreso com os contra-ataques aliados, Ludendorff cancelou a operação.

Repetindo a urgência demonstrada em “*Gneisenau*”, os alemães tentaram lançar um ataque final apenas quatro dias após seu último cancelamento. No dia 15 de julho, iniciava a Segunda Batalha do Marne. A essa altura, os aliados haviam reconvoado as tropas que antes tinham sido retiradas do front Oeste, além de trazer soldados realocados que atuavam em outras frentes. A contribuição da AEF também aumentou consideravelmente, formando divisões com tamanho semelhante aos corpos de exército alemão. No total, a defesa passou a contar com 203 divisões, quatro a menos que o total alemão, que também havia sido reforçado. Apesar de, em teoria, o exército alemão contar com a superioridade numérica, as tropas já estavam no limite. A epidemia de gripe havia afetado praticamente metade dos soldados que já vinham enfrentando o problema da subnutrição.

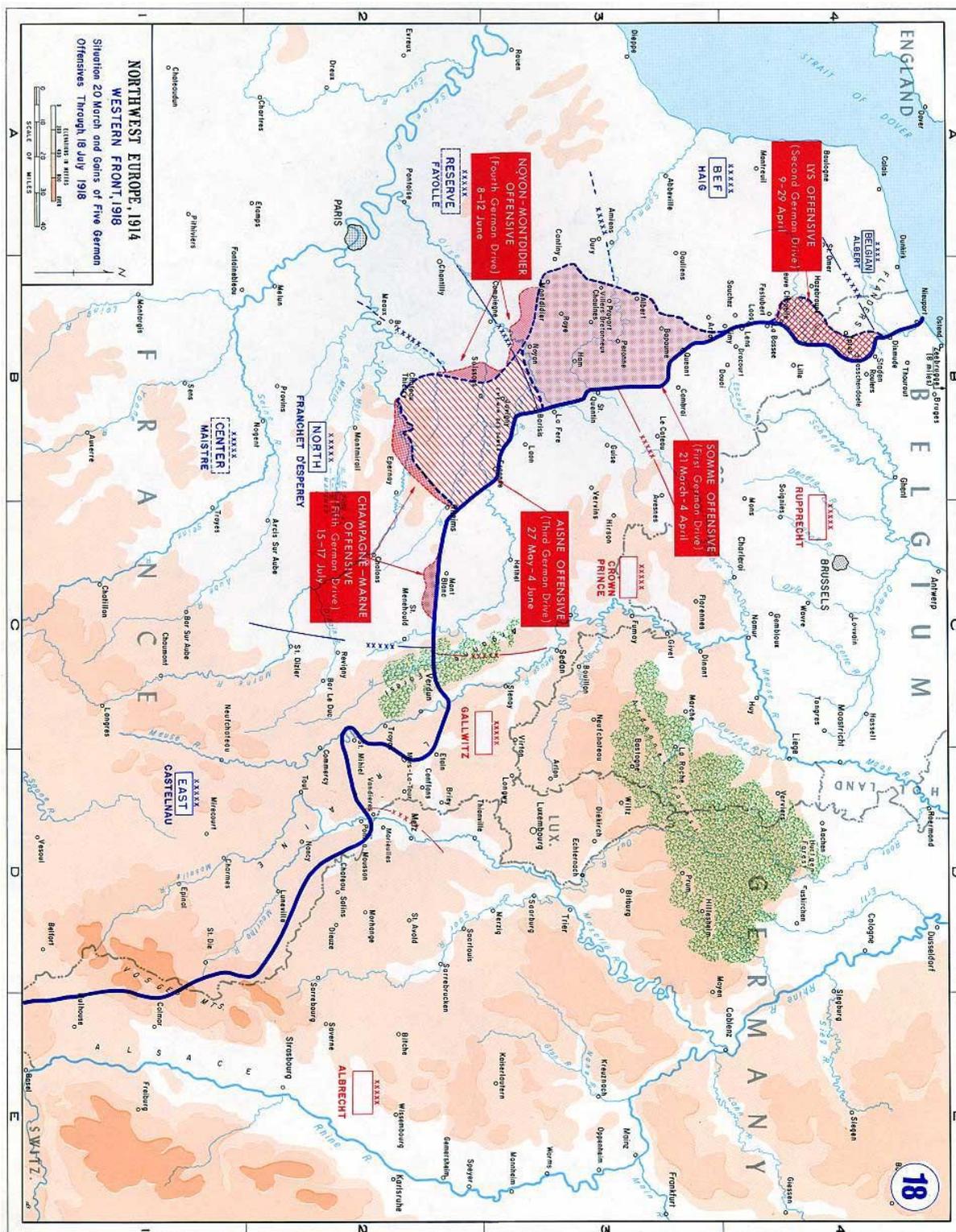
Ludendorff se recusou a considerar a condição dos soldados (famintos, doentes e exaustos) ao planejar o ataque final. Assim como na fase anterior, os Exércitos começariam o ataque a partir de dois pontos diferentes. O primeiro ataque tinha como objetivo pressionar as defesas através do Marne, partindo da linha criada pela “*Blücher-Yorck*” utilizando o 7º Exército com o apoio do 9º. No segundo ataque, o 3º e o 1º Exércitos avançariam sobre o setor de Champagne, a leste da fortaleza de Reims. Contudo, quando as 52 divisões alemãs começaram a atacar, as defesas

já estavam bem guarnecidas e aplicavam efetivamente a tática de profundidade. O ataque do 7º e do 9º Exércitos foi parado logo no primeiro dia sem avanços significativos, já o ataque do 3º e 1º Exércitos conseguiu recuar o 6º Exército francês para o outro lado do rio, estabelecendo as tropas na margem sul do Marne.

No dia 18 de julho, os Aliados tinham estabilizado suas defesas mais uma vez e o exército alemão já não estava em condições de sobrepujar as crescentes tropas aliadas, esse dia marcou o fim dos avanços alemães e o fim do *Kaiserschlacht* (FIGURA 12). Os comandantes aliados, percebendo a vulnerabilidade da linha alemã, começaram a organizar os primeiros contra-ataques.

“(…) [A última defesa aliada] Teve um significado comparável ao do Marne em 1914 (ou de Stalingrado e Alam Halfa em 1942), no sentido de que o que parecia uma técnica ofensiva irresistível havia sido detida, usando inteligência superior, convenientemente reforçada sob a égide de um generalíssimo aliado, e as táticas apropriadas de defesa. (STEVENSON, 2010)

Figura 12: As conquistas alemãs durante a Ofensiva da Primavera (1918)



Fonte: USMA/Westpoint.

4.3. O fracasso

Logo após a estabilização do front e o fim dos ataques alemães, Foch iniciou a organização de um contragolpe contra o território conquistado através da “*Blücher-Yorck*”. O ataque reuniu quatro exércitos franceses, oito grandes divisões estadunidenses, quatro divisões britânicas e duas italianas, reforçados por 2.100 canhões, 350 tanques e mil aeronaves (SONDHAUS, 2013). Quando a operação começou, as exaustas tropas alemãs mal conseguiram desempenhar uma defesa, recuando cada vez mais. No dia 6 de agosto, os Aliados já haviam recuperado quase que totalmente a área de “*Blücher-Yorck*”, avançando mais ainda para a linha de Soissons-Reims.

“O Chanceler Hertling recordou mais tarde como a esperança se transformou em desespero nos primeiros dias da batalha: “No dia 18, mesmo os mais otimistas de nós sabiam que tudo estava perdido. A história do mundo foi jogada em três dias.” (SONDHAUS, 2013)

Apenas dois dias depois, na madrugada do dia 8 de agosto, a defesa aliada iniciou uma contra-bateria (FIGURA 13) para neutralizar as tropas alemãs, estava lançada a Batalha de Amiens. Seguindo a barragem rolante, as tropas acompanhadas pelos tanques romperam as linhas alemãs através do mesmo terreno em que havia ocorrido a Operação “*Michael*”.

Figura 13: Soldados britânicos preparando um disparo de artilharia (1918)



Fonte: *Imperial War Museum*

Apesar da oportunidade à sua frente, a falta de recursos impediu que os Aliados continuassem com o avanço no setor, mostrando uma atitude mais cautelosa do que os alemães em suas últimas ofensivas. Mesmo sem o prosseguimento (naquele momento) do ataque aliado, a derrota em Amiens foi devastadora para os alemães. Segundo Araripe (2006), Ludendorff chamou o dia 08 de agosto de “o dia negro do Exército”, e que a guerra deveria terminar. O ímpeto do exército e da sociedade alemã em relação à Guerra caíram bruscamente perante os resultados das contra-ofensivas aliadas e o Império começava a tender à uma crise.

5. Conclusões e considerações finais

5.1. A derrota alemã e suas consequências

Neste contexto surge a grande pergunta: Por que a Ofensiva falhou? A simplicidade do questionamento é proporcional à complexidade da resposta. Foram propostas várias explicações para o fracasso da ofensiva, algumas apontam para elementos econômicos, já outras apontam para elementos políticos, porém, em geral, o foco sempre tende a ser direcionado para o âmbito militar. De fato, tratando-se de uma Operação ocorrida durante uma guerra, o corpo militar acaba por assumir a responsabilidade sobre o destino da nação. Apesar disso, é extremamente importante lembrar que não se pode determinar uma causa a partir de apenas um âmbito de estudo, desta forma, este tópico irá analisar os fatos a partir das diferentes escalas de operação.

O primeiro elemento a ser levado em conta ocorre numa escala maior, que vai além do meio militar: O cenário em que se encontrava o Império Alemão. Depois de quatro anos em meio à Guerra, o Império estava se deteriorando, assim como sua economia. Já sofrendo com a superioridade da Grande Armada no controle dos oceanos, os alemães pioraram sua situação ao adotar a campanha irrestrita de submarinos que, além de não apresentar resultados consideráveis, ainda causou a entrada nos Estados Unidos na Guerra. Seus aliados pouco fizeram no que diz respeito às medidas em grande escala (salvo a “neutralização” da Rússia), e quando

fizeram, contaram com grande apoio alemão. O bloqueio marítimo fazia com que o poder de ação da Alemanha caísse cada vez mais, as colônias ficavam cada vez mais isoladas e vulneráveis aos ataques inimigos, causando diminuição das importações e, por sua vez, carência de recursos e matérias-primas.

Com o passar dos anos, ambos os lados ficavam cada vez mais cautelosos com seus recursos e preocupados com a estabilidade das nações. Os fronts estavam ficando mais inativos e os comandos perceberam que grande parte dos objetivos não haviam sido alcançados. A ideia da Ofensiva surgiu como uma possibilidade de subjugar mais uma potência aliada num momento em que a Guerra estava caminhando para o fim. Foi desta forma que os alemães tomaram a primeira decisão “de alto custo”. Mesmo com os reforços vindos do front leste recém “desativado”, a Alemanha apostou alto demais ao priorizar majoritariamente a produção bélica num período de escassez de recursos para a sociedade. Para os soldados, sobrava munição e faltava alimento.

O segundo elemento a ser considerado é o planejamento estratégico da ofensiva. A ideia de um grande assalto no front Oeste não era exatamente nova, contudo, a guerra de trincheiras transformou-a num projeto extremamente custoso e audacioso, apenas depois da saída da Rússia do conflito que sua execução finalmente tornou-se viável. Ainda assim, o planejamento da Ofensiva contou com uma boa dose de otimismo alemão. Apesar da promessa de que a campanha de submarinos barraria a chegada de reforços dos Estados Unidos, nenhum resultado considerável foi obtido, e as tropas desembarcavam em números cada vez maiores.

O plano de Ludendorff era, de fato, um grande projeto estratégico. Como foi visto anteriormente, assim que os Aliados sofreram o primeiro ataque houve um grande frenesi entre os comandos que só foi resolvido ao passo que o tempo (e os ataques) foi passando. Caso os alemães tivessem conseguido romper as linhas e separar os dois exércitos, a chance de um colapso das tropas aliadas era muito grande, porém, a execução tática do ataque impossibilitou tal avanço. Grande parte dos reveses enfrentados pelo exército alemão havia sido criada justamente pelo próprio planejamento de Ludendorff. É verdade que as inovações propostas por

suas diretrizes táticas (técnicas de infantaria e artilharia) foram responsáveis pelo sucesso do avanço alemão, porém, à medida que os aliados conseguiam adaptar suas defesas, a tática dava lugar a força bruta, pouco efetiva e altamente custosa. Outro ponto da estratégia de Ludendorff que havia sido criticado inclusive por outros generais alemães, foi a escolha de uma “natureza fragmentada e experimental” da Operação (SONDHAUS, 2013). Apenas o primeiro ataque partiu um objetivo concreto e, quando ele foi repellido, os avanços seguintes foram lançados pelo comando alemão com o objetivo de “testar” alternativas, sejam elas atrair os exércitos aliados, buscar novos alvos ou “rotas” de avanço. A mudança constante de objetivos exigia uma elevada quantidade de recursos e, a cada fracasso, o número de baixas só aumentava.

O terceiro ponto de grande relevância (e o mais importante para este trabalho) foi a falta de consideração geoestratégica durante as cinco fases da Ofensiva. Para a análise deste ponto, serão retomadas as ideias expostas no tópico 2.2.2. sobre os elementos da geografia estratégica de Peltier & Pearcy (1966) citados por Ribeiro (2010)¹⁴ e os fatores geográficos sobre as atividades militares, propostos por Collins (1998).

Desde os meados da operação “*Michael*” até os últimos ataques de julho, a acessibilidade foi um dos elementos mais problemáticos para o avanço alemão. Isto se deve principalmente pela combinação de dois fatores: O terreno e a escolha tática. O front oeste era a frente mais ativa da Europa, dois anos de guerra de movimento e outros dois de confronto em trincheiras transformaram o espaço numa verdadeira terra arrasada. Foi nesse palco, devastado por conflitos anteriores, que o alto-comando lançou suas três principais ofensivas: “*Michael*” sobre o Somme, “*Georgette*” sobre o Flandres, e “*Blücher-Yorck*” sobre o Aisne. Com a tática de infiltração disseminada para as tropas, os soldados avançavam constantemente, cobrindo a maior quantidade de território possível. Porém, o ritmo acelerado da infantaria e o terreno destruído impossibilitaram a cobertura logística do campo de batalha, deixando as tropas isoladas, sem reabastecimento e sem cobertura. Esse

¹⁴ Pág. 20

problema não só retardou o avanço alemão (permitindo a organização da defesa), como também fragilizou o exército, diminuindo o ímpeto dos soldados.

A mobilidade é um elemento que, apesar de já ter sido um motivo de preocupação para o comando alemão desde antes da Ofensiva, só passou a ser realmente impactante devido ao problema com a acessibilidade. Dentro de seu território, a Alemanha possuía uma extensa malha viária e o número de ferrovias havia crescido consideravelmente nas últimas décadas. O transporte sobre trilhos mostrou-se efetivo durante a organização da ofensiva - como pode ser visto no deslocamento de tropas entre “*Michael*” e “*Georgette*”. A verdadeira desvantagem alemã ocorreu durante o progresso do ataque, os poucos veículos disponíveis possuíam um sistema de locomoção muito mais antiquado que os dos aliados. As pesadas esteiras de aço frequentemente enfrentavam problemas e sua manutenção era muito mais demorada e complexa do que os pneus de borracha.

Dos seis elementos apresentados, talvez o que melhor foi aplicado pelos alemães foi a visibilidade. A preocupação com o mapeamento do espaço foi uma tendência das grandes potências imperialistas, a exemplo da Grã-Bretanha investindo na ampliação do RGS. Durante a guerra, tanto o meio acadêmico quanto o militar trabalhavam para produzir métodos e materiais de cartografia e reprodução do espaço. A preocupação com a visibilidade foi um dos pilares do sucesso dos primeiros avanços. O primeiro passo deu-se no decorrer da preparação para a Ofensiva, quando o alto-comando ordenou a produção e readequação das aeronaves para o cumprimento da função de reconhecimento. Com o investimento na observação aérea, os alemães puderam aplicar efetivamente o modelo de Brüchmuller, tomando vantagem do elemento surpresa e sobrepujando os empecilhos meteorológicos.

Por outro lado, referindo-se a comunicabilidade, os alemães criaram suas próprias dificuldades. Assim como seus inimigos, a Alemanha dispunha de um satisfatório sistema de comunicação, mesmo assim, o elemento humano causou atuando de forma negativa no processo. No início, os alemães apresentaram um bom desempenho ao difundir de maneira ampla as novas diretrizes de Ludendorff,

levando às informações para toda a cadeia de comando do exército e dando base para o início do ataque. Apesar disso, à medida que o avanço foi ocorrendo, a linha de comunicação ficava cada vez mais frágil. Fatores como a exaustão e a precariedade na manutenção das tropas fizeram com que a inconformidade dos soldados aumentasse, e que os oficiais tivessem cada vez menos controle sobre as suas tropas. A agressiva tática de infiltração também poderia levar à falência das comunicações entre as tropas e o comando. Os soldados eram orientados a avançar num ritmo tão acelerado que muitas vezes ficavam “à deriva”, dependendo exclusivamente das ordens de seus oficiais de campo.

Como foi dito anteriormente, o problema da disponibilidade do exército alemão vai muito além da escala da Ofensiva, o cenário vivido pelas tropas era um reflexo do que era vivido pela população civil. Num contexto geral, o único material que o Exército possuía em quantidade satisfatória era o material bélico. Durante toda a Ofensiva os alemães gastaram gigantescas quantidades de munição para avançar sobre o terreno e, mesmo após os ataques principais, continuavam com as reservas cheias. Em contrapartida, o “material humano” preocupava o alto-comando. Diferente dos Aliados que possuíam uma vasta reserva de exército colonial e contavam com a ajuda dos Estados Unidos, a Alemanha só poderia contar com seu próprio contingente que, a cada fase, sofria em média de dezenas (até centenas) de milhares baixas. A falta de alimentos, remédios e outros artigos de subsistência ajudou a piorar a situação.

O último, e talvez mais complexo, elemento de análise é a ideia de vulnerabilidade. Esse conceito é diretamente ligado tanto à escala quanto ao recorte temporal do evento, podendo ser alterado constantemente, acompanhando os desdobramentos e as ações propostas pelos agentes. Por exemplo, antes do início da Ofensiva, não seria incorreto dizer que a Alemanha estava muito menos vulnerável do que durante o ataque. É verdade que tanto a situação política quanto econômica não estavam favoráveis antes da operação, porém, os fronts estavam cada vez mais inativos e ambos os lados estavam evitando grandes movimentações. Ao iniciar a Ofensiva, a Alemanha apostou alto sua própria estabilidade como nação

e tornou todos os seus setores mais propícios ao colapso. O fracasso do ataque confirmou essa ideia.

É importante lembrar também da vulnerabilidade militar. A falta de cada um dos demais elementos ocasionou, em algum ponto dos ataques, algum episódio em que as tropas alemãs tenham sido postas numa posição de alto risco. Essa falha foi bastante comum durante a Operação "*Blücher-Yorck*", como mencionado no tópico anterior.

No fim, o desastre ocasionado pela falha do ataque alemão não restringiu-se apenas àquela ofensiva ou mesmo apenas ao âmbito militar. Os desgastados alemães sofreram um poderoso contra-ataque que os levou para a mesma posição em que se encontravam no início da Ofensiva e, ainda assim, continuavam sob pressão aliada. Com as demais nações entrando em crise e abandonando o bloco dos Impérios Centrais, o Império Alemão viu-se obrigado a assinar o Armistício de Compiègne (encerrando as hostilidades no front ocidental) e, posteriormente, o humilhante Tratado de Versalhes.

5.2. Considerações finais

Neste capítulo final, propõe-se primeiramente a retomada da discussão metodológica que orientou este trabalho. A fim de analisar um evento pouco comum no meio acadêmico geográfico, este estudo visou criar uma articulação conceitual que tratasse do tema da forma mais técnica possível. Num primeiro momento, a guerra (GIDDENS & SUTTON, 2016) foi relacionada aos elementos científicos, como pode ser visto através das ideias de CLAUSEWITZ (1979), porém, o desafio seria estabelecer uma relação entre a ciência da Guerra e a ciência geográfica. Para isso, foi realizada uma interpretação destas concepções a partir do viés da escala, um conceito comum na pesquisa em Geografia. A escala geográfica de CASTRO (2000) e a conceituação de Guerra Total por HOBBSAWM (1995) forneceram um ponto de ligação entre essas duas linhas de pensamento.

Para melhor ilustrar a aplicação acadêmica da Geografia Militar, foi necessário elaborar um estudo de caso, no qual foi selecionado um evento em

particular com notável importância e significado tanto para o meio científico quanto para o militar. A indicação do “*Kaiserschlacht*” como objeto de estudo foi embasada pela ideia de COLLINS (1998) que defende a utilização de exemplos históricos como uma possibilidade de entender as influências no presente e no passado. As bibliografias, materiais cartográficos e vasta disponibilidade de fontes sobre o tema ajudaram a responder às perguntas propostas pelos objetivos de forma satisfatória. Contudo, é importante reforçar o discurso de cautela ao tratar sobre fatos históricos, principalmente conflitos, pois neste caso, os fatos são relatados a partir de fontes e autores afetados direta ou indiretamente pelas consequências do determinado evento, o que pode tornar as informações (até certo ponto) parciais.

De uma forma geral, essa reflexão motivou a justificativa deste trabalho. Como ciência, a Geografia deve aceitar seu ramo estratégico e militar que, segundo Lacoste (1998), vem sofrendo tentativas de deserção por parte do meio acadêmico. Negá-lo seria renunciar às próprias origens da ciência geográfica e, atualmente, boicotá-lo seria abandonar uma enorme área de estudo sobre o espaço e seus elementos. Desta forma, concluo reafirmando que a Geografia brasileira possui uma base conceitual complexa e abrangente, e a inclusão do viés estratégico e militar apenas acrescentaria em sua diversidade. O cumprimento dos objetivos deste estudo surge apenas como um exemplo do potencial que este ramo pode trazer para o meio acadêmico e suas pesquisas em Geografia, seja ela Política, Histórica e/ou Humana em geral.

6. Referências bibliográficas

ARARIPE, Luiz. Primeira Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo. Editora Contexto, 2006. p. 319-354

BRAGA, Pedro Luís de Araújo. **Guerras... sempre Guerras!** Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 100/101, p. 12-24, 2013/2014

CASTRO, Iná Elias de. Relações entre território e conflito. *In*: CASTRO, Iná (Org.). **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2005. p. 39-94.

COLLINS, John. **Military Geography for Professionals and the Public**. Washington: National Defense University Press, 1998.

FERRO, Marc. **A Grande Guerra**. Ed. 1. Coimbra: Editora Edições 70, 2002.

GIDDENS, Anthony.; SUTTON, Phillip W **Conceitos essenciais da Sociologia**. Tradução: Claudia Freire. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

HEFFERNAN, M. **Geography, Cartography and Military Intelligence: The Royal Geographical Society and the First World War**. Londres, Vol. 21, n. 3, p. 504-533, 1996.

HOBBSAWM, Eric. A Era da Guerra Total. *In*: **A Era dos Extremos**. São Paulo, Companhia de Letras, 1995. P. 29-60.

JULIÃO. Allan Pereira. **A Geografia Militar da Operação Barbarossa**. 2016. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

MAHAN, Alfred Thayer. Discussion of elements of Sea Power. *In*:. **THE INFLUENCE OF SEA POWER UPON HISTORY**. Boston: Cambridge University Press, 1890. cap. 1, p. 25-89.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. & FERNANDES, Manoel Couto. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.

MORKOT, Robert. **The Penguin Historical Atlas of Ancient Greece**. Londres. Penguin. 1996

OLIVEIRA, Ricardo Devides. **A institucionalização da Geografia alemã na passagem do Século XIX ao século XX: Peschel, Ratzel e Hettner**. Revista Geografares, nº 11, p. 114-138. Vitória. 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Geografia e saber territorial: Saber estratégico para quem?**. Revista Geografia (Londrina), v. 9, n. 1, p. 61-66, 2000

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **Nova Geografia Militar: Logística, Estratégia e Inteligência**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo

RIBEIRO, António Manuel Fernandes da Silva. **Mahan e as marinhas como instrumento político**. Revista Militar, Lisboa. N. 2500, p. 465-483, 2010.

ROISMAN, Joseph.; Worthington, Ian. **A Companion to Ancient Macedonia**. Hoboken, Nova Jérsei, EUA: John Wiley & Sons. 2010

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: História Completa**. Traduzido por Roberto Cataldo. São Paulo. Editora Contexto, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. *In*. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

STEVENSON, David. **1914-1918: A história da Primeira Guerra Mundial**. Traduzido por Valter Lellis. Barueri. Novo Século Editora, 2016.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **A teoria do poder marítimo de Mahan: Uma análise crítica à luz de autores contemporâneos**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. v. 21, n. 1, p. 223-260, 2015.

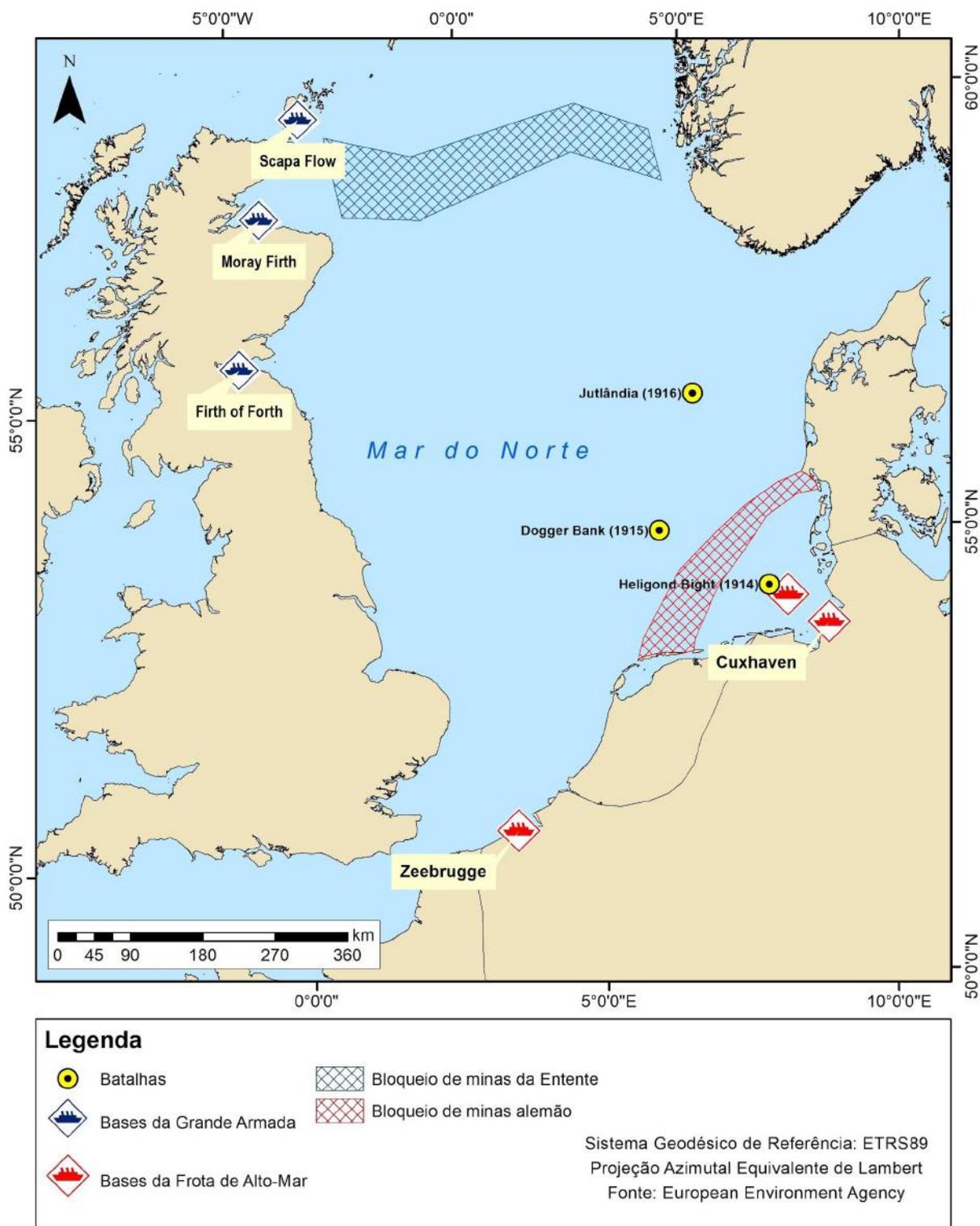
TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Traduzido por Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&M Editores, 2006

7. Anexos

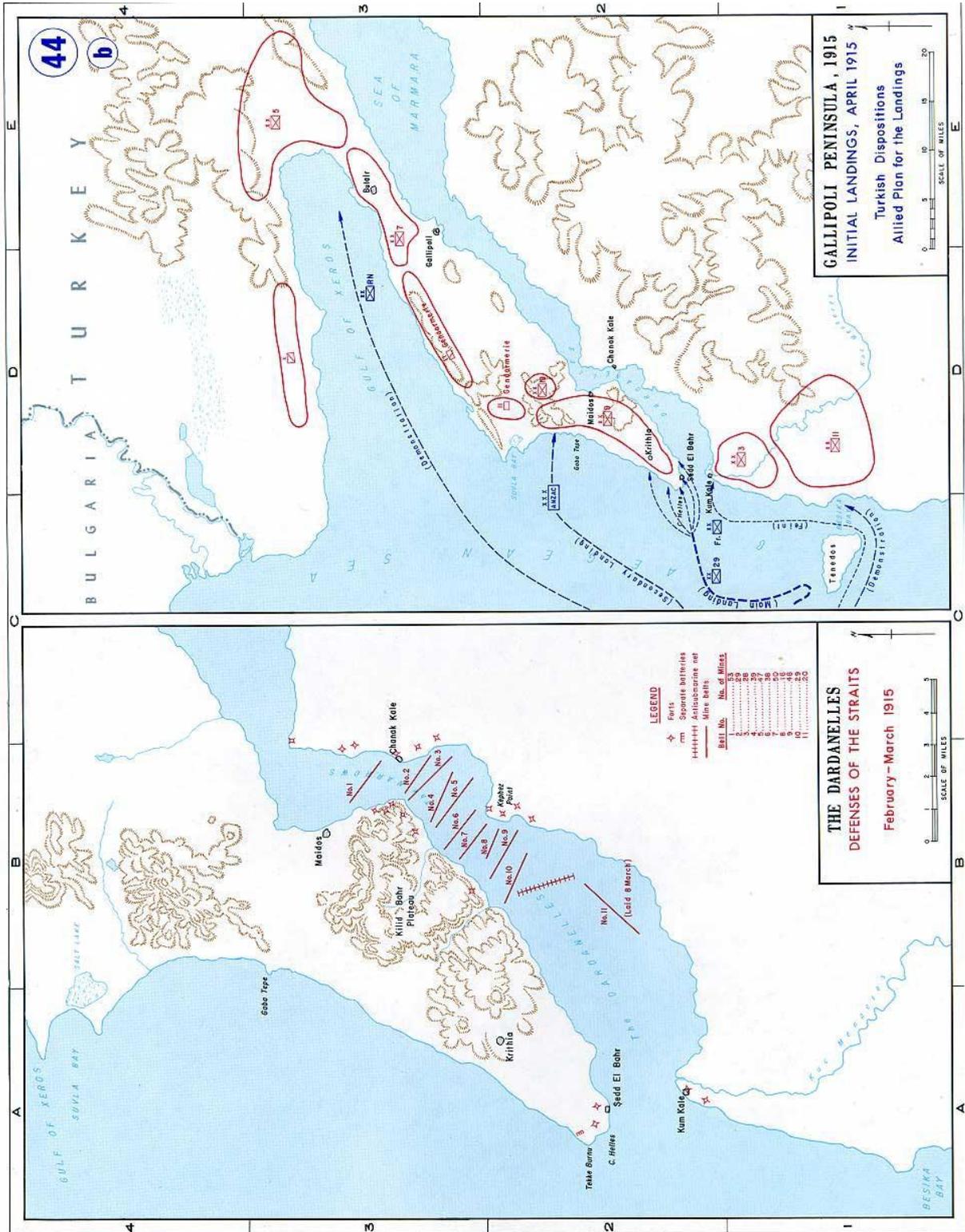
Anexo A: Planejamento da Ferrovia Berlim-Bagdá. Fonte: *The Berlin-Baghdad Express*.



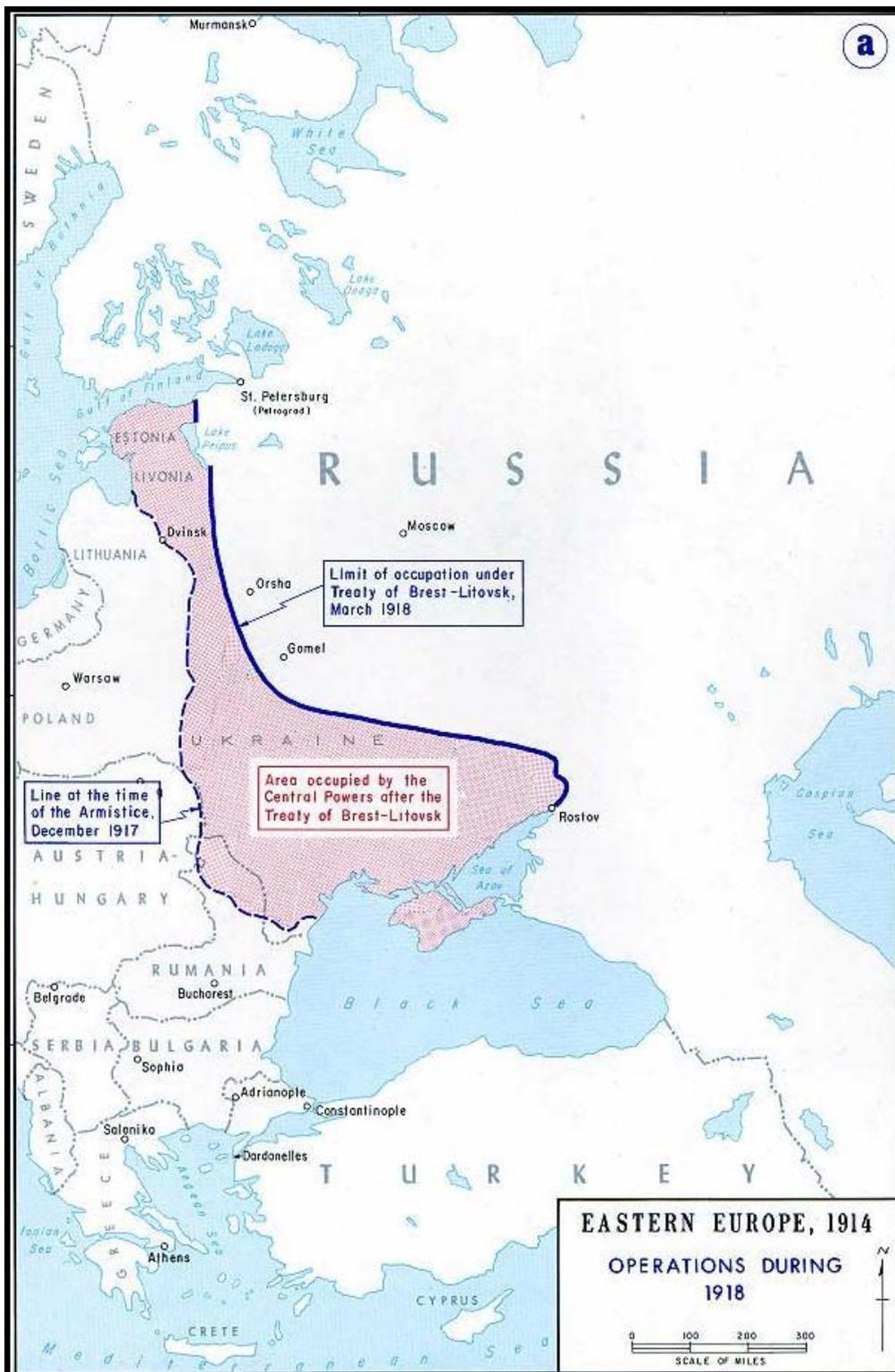
Anexo B: O mar do Norte e as batalhas abordadas na introdução do Tópico 4. Fonte: Elaborada pelo autor.



Anexo C: As operações na Península de Gallipoli (1915). Fonte: USMA/Westpoint



Anexo D: Front Leste após o Tratado de Brest-Litovski (1918). Fonte: USMA/Westpoint



Anexo F: Terminologia Militar

Durante a Guerra, os exércitos adotavam a seguinte hierarquia de organização: Um “Grupo de Exércitos” era a maior designação quantitativa da Guerra (encontrado nas forças armadas da França e Alemanha). Este é composto por um conjunto de “Exércitos”, que por sua vez, eram formados por dois ou mais “Corpos”, contendo duas ou mais “divisões” (Tabela 3).

As divisões, por sua vez, também apresentam segmentações internas. Em ordem crescente, as unidades eram organizadas em: “Esquadrões” (8-11 homens); “Pelotões” (30-50 homens); “Companhias” (1-200 homens); “Batalhões” (600-1000); “Regimentos” (2000-3000); “Brigadas” (4000-5000).

Tabela 3: Quantitativo das divisões:

INFANTARIA				
	Oficiais e homens	Peças de Artilharia		Canhões
Exército Alemão (1914)	17,500	72		24
Exército Britânico (1914)	18,073	76		24
Exército Francês (1914)	15,000	36		24
AEF (1917)	28,000	X		X
CAVALARIA				
	Oficiais e homens	Cavalos	Pç. de Artilharia	Canhões
Exército Alemão (1914)	5,200	5,600	12	6
Exército Britânico (1914)	9,269	9,815	24	24

Fonte: 1914-1918: A História da Primeira Guerra Mundial - A Deflagração. STEVENSON, 2010.